

# Oposição Revolucionária ao governo Lula

*Não à colaboração de classes:  
pela real independência  
dos sindicatos frente ao novo governo*



**LITORAL NORTE - SÃO PAULO**

**“Tragédia” anunciada  
em cidades do  
Litoral de SP são  
culpa dos governos  
e da especulação  
imobiliária capitalista**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

***Pela derrota  
militar da OTAN  
frente à Rússia!***

**EUA: POR QUE  
OS ECONOMISTAS  
BURGUESES  
FRACASSAM**

**EUROPA MERGULHA  
NA CRISE ECONÔMICA  
E POLÍTICA, E AS  
MASSAS RESISTEM**

## QUE HERANÇA REIVINDICAMOS E A QUE HERANÇA RENUNCIAMOS?

A Fração G. Lora – em defesa do programa – surgiu no interior do POR (Partido Operário Revolucionário), membro do Cerqui (Comitê pela Reconstrução da Quarta Internacional), a partir da crítica ao revisionismo imposto por sua direção, que renegou os métodos, tradições e os fundamentos programáticos sobre os quais nos construímos por mais de 3 décadas. Nesse sentido, ocorreu a particularidade de sua direção renegar o programa, enquanto uma minoria se colocou em sua defesa. A divergência com o programa foi aberta, então, exatamente por quem teria a tarefa de defendê-lo e aplicá-lo. No entanto, essa mesma direção ocultou suas posições de revisão do programa defendido por mais de 30 anos, afirmando que quem defendia o programa estava construindo uma “divergência artificial”, ao mesmo tempo em que publicava manifestos que estavam permeados por essas mesmas posições, sem nenhuma explicação sobre onde estava errado o conjunto de resoluções, artigos e declarações feitos desde que se fundou o Cerqui. Essa ruptura com o método para realizar qualquer revisão se estendeu e aprofundou, antes, durante e após o XVI Congresso do partido, de fevereiro de 2022.

Apoiando-se na confiança que se tem ao redor das tradições e programa do POR boliviano, fundador do Cerqui, a direção internacional se embrenhou pelo mesmo caminho da direção brasileira. A partir de distintas concepções sobre a caracterização da Rússia hoje, formulou a tese do “estado burguês”, com as distintas caracterizações de um país imperialista, semicolonial sui generis, e semicolonial com distinção (potência regional com características de semicolônia e de imperialista). Nota-se o oportunismo dessa unidade sem princípios, voltada a mudar o programa sem nenhuma explicação sobre a trajetória do Cerqui sob direção de G. Lora, que jamais deixou que impressões o movessem da tradição marxista de caracterização do Estado a partir de suas bases econômicas e sociais. Antes do atual revisionismo instalado, o Cerqui e o POR tinham a caracterização de que a Rússia era um estado operário degenerado, com base no controle pela burocracia estatal dos ramos fundamentais da economia, que foram nacionalizados pela revolução proletária, e são uma conquista do proletariado mundial. Hoje, o Cerqui caracteriza a Rússia como um estado burguês sem burguesia. Um Estado que deixou de ser operário para ser burguês por meios reformistas, de uma forma orgânica, sem um salto qualitativo por meio de uma insurreição – a conclusão de uma restauração capitalista sem uma ampla intervenção do capital financeiro internacional, uma espécie de “capitalismo num só país”. Um Estado definido por suas formas jurídicas (Constituição). Um país em que se constituiu a propriedade social (de todos e de ninguém ao mesmo tempo), tese contra a qual há um rio de sangue entre o trotskismo e o estalinismo contrarrevolucionário, base da tese do “socialismo num só país”. Uma propriedade social que foi transformada em propriedade privada.

O revisionismo se projetou quando foi preciso responder à guerra na Ucrânia. Os manifestos redigidos no Brasil e adotados pelo Cerqui estavam recheados de posições e caracterizações contraditórias. A cada parágrafo, se negava o anterior, mas para defender conclusões de uma das partes da direção.

Para piorar, as bandeiras formuladas no início da ação militar russa foram mantidas durante todo o ano que se passou. A ampla intervenção da OTAN, deslocando a totalidade dos estoques de 30 países para combater a Rússia, não foi levada em conta pelos revisionistas. Diante das anexações do Leste ucraniano, de populações russas que estavam em guerra civil para se separarem da Ucrânia e integrar a Federação Russa há oito anos, como medida defensiva de resposta à contraofensiva da OTAN, o Cerqui condenou as anexações e exigiu a retirada das tropas russas, ou seja, a vitória do imperialismo. Ainda que mantivessem a caracterização de país semicolonial, seu dever seria o de se colocar ao lado da Rússia contra a OTAN, ainda que criticando os métodos burocráticos militares russos. Qualquer vitória do imperialismo em qualquer parte do mundo é uma derrota do proletariado mundial.

Mas o revisionismo, que se baseia na ruptura com os métodos, tradições e fundamentos programáticos, se manifestaria também em nível nacional. Na campanha eleitoral polarizada entre as duas forças burguesas, Bolsonaro e Lula, deixaram de defender como resposta o voto nulo em defesa do programa, da estratégia e do partido revolucionários, da denúncia da democracia burguesa como engano das massas, de denúncia do conjunto dos partidos burgueses, da defesa das reivindicações e métodos da luta de classes, da defesa da independência de classe. De repente, também sem nenhuma explicação sobre os 30 anos passados, passou a defender a “subordinação” do voto nulo às reivindicações. Ou seja, transformar a tática em estratégia. Diante dos operários que em grande parte votavam no Lula, o POR afirmou que não teria problema em quem votassem, desde que defendessem as reivindicações. Colocou a defesa do voto nulo na carteira, escondida no bolso. E passou a afirmar que a defesa do voto nulo como feita nas décadas anteriores era abstrata e sectária.

Abandonou completamente a necessidade de caracterizar a conjuntura internacional como elemento para compreender e explicar a conjuntura nacional. Assim, errou de prognóstico em prognóstico a avaliação sobre as eleições no Brasil, chegando a afirmar que a burguesia não queria Lula, que as massas insatisfeitas a impuseram à burguesia e que o imperialismo norte-americano teria “aceitado” Lula a contragosto. Com essas ideias, só poderia concluir a reboque do PSTU, com sua defesa do “Abaixo o golpe” que nunca chegou a existir, ou o “Abaixo a tentativa de golpe”, forma de seguidismo envergonhado ao governo Lula/Alckmin.

O revisionismo se manifestou na burocratização do partido. Como afirmava Lora, a organização do partido segue seu programa; um partido de programa proletário terá de se assentar na democracia operária e no centralismo democrático; um partido com um programa pequeno burguês terá uma forma organizativa de centralismo burocrático.

Depois de um ano de luta política interna, fomos excluídos do partido. A direção deliberou pela proibição da presença de militantes da Fração em uma conferência regional do Nordeste, apenas e tão somente com base na divergência política. Uma decisão que violava flagrantemente os estatutos, que garantem aos militantes o direito de divergir em todas as instâncias. A direção não pode cassar um direito estatutário, porque os estatutos só se subordinam ao Congresso do partido. Como os militantes que sempre foram anteriormente a essa conferência foram até ela, foram expulsos, de lá e do partido. E a Fração só poderia permanecer se “reconhecesse o erro” de manter seu direito estatutário de divergir. Faltou coragem à direção para formalizar a expulsão da fração no seu conjunto, embora o tenha feito politicamente. A defesa dos estatutos pela Fração é parte da defesa do programa, por-

que os estatutos decorrem imediatamente desse mesmo programa.

Afirmamos que mantemos a defesa do programa desintegrado pelo revisionismo da atual direção do POR e do Cerqui. Afirmamos que também sustentamos toda a tradição e programa do POR boliviano até a morte de G. Lora. Também reivindicamos o programa defendido pelo POR brasileiro por 3 décadas, liquidado pelo revisionismo. Formamos uma nova organização que, em difíceis condições, se propõe a manter as conquistas programáticas do proletariado, em oposição ao revisionismo dominante entre as esquerdas, que debandam da estratégia da revolução e ditadura proletárias pelas pressões exercidas pela burguesia e pequeno burguesia, da academia, do culturalismo, etc.

Essa organização é o Partido Proletário Revolucionário Internacionalista (PPRI), que terá como seu porta-voz o jornal “O Internacionalista”, bem como suas demais publicações e boletins. Chamamos a vanguarda que se volta para a revolução socialista, proletária, a discutir e ajudar a construir o instrumento que é tão indispensável para fazer das lutas dos explorados uma luta contra a burguesia e seus governos.

## ***Comunicado à militância do POR e à vanguarda***

*Fração G. Lora: Em Defesa do Programa – 24/01/23*

A Direção do POR decidiu excluir do partido dois militantes destacados da organização, alegando que descumpriram o centralismo democrático. O “crime” desses camaradas foi o de não aceitar a cassação prática do direito estatutário de divergência, aplicado à Fração G. Lora quanto à sua participação na Conferência Regional do Nordeste. Diante da proibição pelo CC de sua participação na dita Conferência, por razão exclusivamente de divergência política com a direção, os dois resolveram ir até a atividade, que contou também com a participação de simpatizantes (de fora do partido), convidados pela regional. A não ida à Conferência seria legitimar a violação do direito estatutário e a colocação dos militantes da oposição em condição inferior à de simpatizantes. Nessa Conferência, os dois foram expulsos pela mesa, sob proposta do secretário geral do partido. A reunião posterior do comitê central decidiu então pela exclusão dos dois militantes, e condicionou a permanência da oposição a uma autocrítica que legitimasse a violação dos estatutos pela mesma direção. Sem nenhuma dificuldade, pode-se ver que tudo não passou de uma manobra burocrática para excluir a oposição, que só poderia permanecer no partido renunciando ao seu direito estatutário de divergência.

A Fração G. Lora – Em Defesa do Programa – torna então pública e formal a expulsão que sofremos do Partido Operário Revolucionário – POR –, depois de um ano de luta político-programática que travamos ao redor da defesa dos métodos, das tradições e do programa defendidos durante os últimos 33 anos, e que foram desintegrados pela direção do partido, por meio do revisionismo empregado para realizar revisões antimarxistas deste programa,

tanto em nível internacional quanto em nível nacional. Revisionismo que se realizou por meio de uma terrível burocratização do partido e rupturas sucessivas de seus estatutos, culminando na cassação do direito elementar do militante em travar divergências nos organismos partidários, concretizado na expulsão de militantes do partido ligados à Fração G. Lora da Conferência Regional do Nordeste, em Fortaleza/CE, no dia 14/01/2023. A expulsão desses militantes da Conferência, com a cassação de seus direitos estatutários, expressa a expulsão política da Fração do partido no seu conjunto, por motivo de divergência política com a direção.

Dois programas distintos devem levar a duas organizações políticas distintas. É próprio do leninismo considerar que a construção do partido revolucionário tenha de passar por processos de cisões, de forma a levar a uma depuração e elevação da coesão partidária ao redor do programa. No entanto, o que vivemos no POR foi um processo em que a direção do partido foi o ponto de partida do abandono do programa, defendido duramente por 3 décadas, enquanto uma minoria se levantou por sua preservação. Boa parte da militância revelou não ter assimilado minimamente os fundamentos programáticos que foram colocados abaixo pelo revisionismo burocrático, assumindo-o passivamente e, assim, provando não possuir as condições para a defesa desse programa junto às demais correntes políticas e às massas. A organização internacionalista (CERQUI), posta em pé principalmente por Guillermo Lora, na década de 1990, a qual deveria ser um forte de defesa do programa que expressa a aplicação do trotskismo à realidade vivida desde a morte de Trotsky,

em um país atrasado e isolado como a Bolívia, após a morte de Lora, não apenas não cumpriu o papel de defender o programa da revolução política para a Rússia (que aponta para a necessidade de derrubada violenta da burocracia usurpadora e retomada do poder político e controle da economia pelo proletariado), alterando arbitrariamente as fundamentações e explicações que embasam a caracterização dos estados operários degenerados, como atuou para que a liquidação desse programa se desse sem que a militância porista boliviana sequer conhecesse do que se tratava, de forma a que não tivesse nem mesmo a chance de conhecer, discutir e interferir na destruição de uma obra de quase oito décadas do marxismo-leninismo-trotskismo em seu país, e três décadas do CERQUI.

O revisionismo alterou fundamentos do programa, como a de propriedade social (que só pode ser de todos e de ninguém ao mesmo tempo, base do socialismo); a base econômica para a caracterização do Estado Operário – a maioria nega que seja determinante a propriedade nacionalizada; a impossibilidade de transformação de um estado operário em um burguês de forma gradual, orgânica, reformista, sem um salto de uma contrarrevolução violenta; a caracterização das classes sociais, em particular da burguesia como classe dominante, e da burocracia como uma casta, e não uma classe; a caracterização leninista da semicolônia e do imperialismo; a diferença entre estatização burguesa e nacionalização pelo estado operário; a invenção de um “capitalismo de estado” distinto da definição leninista, e criado apenas recentemente pela burocracia com o objetivo de restaurar o capitalismo; o erro do uso de formas jurídicas (a Constituição) para caracterizar o Estado; o erro da caracterização da burocracia pelas suas formas políticas, e não por sua base social e econômica.

Os revisionistas não se deram ao trabalho de contestar abertamente Lenin, Trotsky ou Lora. Suas teses os contestam de forma obscura. A negação dos métodos próprios do marxismo para se realizar uma revisão programática serve de cortina de fumaça para se negar tudo o que se disse até ontem, e passar a dizer tudo diferente, a partir de hoje. O mesmo se passa diante da necessidade de calar os que se levantem contra o revisionismo e seus métodos: primeiro, se afirma que a divergência não existe e nada se muda no programa; depois se afirma que a divergência é tática, quando se trata de uma aberta revisão da estratégia política provada em mais de três décadas; depois, essa divergência, taxada de artificial, passa a ser real, e quem a levanta é necessariamente liquidacionista; finalmente, se realiza a revisão antimarxista, assentada no mais abrangente revisionismo do programa, e se cassa o direito de divergir nas organizações partidárias sobre as mudanças realizadas. Primeiro, se caluniam e ameaçam os opositores, até com a expulsão do partido; depois, os estatutos são modificados na prática, sendo anulada qualquer restrição ou controle à ação da direção ou do secretário geral, que se nega a cumprir seus deveres estatutários de defender o programa vigente; finalmente, os fundamentos mais elementares dos estatutos, sobre os quais se estabelece o compromisso de ingresso de cada um e de todos os militantes, são cassados, para proibir que se discutam as di-

vergências, quando a direção assim o decide.

Note-se que essas divergências têm aplicação prática concreta e imediata, que têm levado o CERQUI a fazer bloco com a OTAN contra a Rússia na questão das anexações; na seção brasileira, a subordinar o voto nulo (e com ele a defesa da estratégia, programa, organização, denúncia da democracia burguesa e dos partidos burgueses, etc.) às reivindicações (tornando a tática em estratégia), embolcar-se na defesa da democracia burguesa (e supostamente não do governo), quando não há real ameaça de golpe de qualquer natureza.

O leninismo ensina que a ligação com a classe operária, com seu movimento na luta de classes, é essencial para enfrentar as pressões de classe da burguesia e pequeno burguesia sobre o partido revolucionário, de forma a que seu programa e sua organização mantenham as tradições teóricas e metodológicas que embasam o programa mundial do proletariado. Um partido que não se liga ao proletariado tende a se degenerar, programática e organizativamente. O bloqueio contra essa tendência, de degeneração, é a preservação das conquistas do programa, expressão das lutas do proletariado mundial. Mudar esse programa, com métodos antimarxistas e recorrendo ao impressionismo academicista, rompe esse bloqueio e abre as comportas às pressões de diferentes classes. O POR brasileiro conseguiu uma proeza, ao não degenerar durante mais de 30 anos sem cumprir essa tarefa elementar. Boa parte do mérito disso se deve à ligação com o POR boliviano, de tradição extensa na luta revolucionária junto à classe operária de seu país. Por sua vez, a direção de G. Lora, o militante que esteve ligado a toda essa trajetória do proletariado boliviano, desde as Teses de Pulacayo de 1946, passando pela revolução de 1952 e pela Assembleia Popular de 1971, manteve esse vínculo do partido ao proletariado mundial, por meio do programa sempre empunhado diante da luta de classes mundial e nacional. Esse elo não está mais presente. Isso certamente favoreceu que um de seus atuais principais dirigentes encabeçasse o revisionismo que se implantou.

O que vemos hoje no POR brasileiro é que assimilou boa parte do que há de pior no academicismo. O impressionismo (a partir de impressões, acha-se que algo deve ser respondido de uma determinada forma, depois se vê como sustentar isso no estudo fragmentado da teoria e dos fatos, ainda que tudo negue o passado), o negacionismo (há fatos que negam o que se escreve – logo, os fatos não devem ser reais, são suposições), o interpretativismo (os autores dos textos escreveram de uma forma, mas o que eles queriam dizer de fato é o que se pensa agora), o categoricismo histórico (o que cada autor escreveu se aplica a seu tempo, e não mais a hoje), são elementos que se incorporaram ao partido, e deram base ao revisionismo antimarxista.

O revisionismo teórico não poderia ser imposto ou mesmo permanecer sem destruir a democracia interna e impor o burocratismo. As ideias da classe operária somente podem ser defendidas por meio dos instrumentos de organização e democracia da classe operária. A ideias que provêm da pequena burguesia só podem resultar em



formas de organização pequeno burguesas, que tendem sempre a adquirir métodos burocráticos, autoritários. No último ano, ao mesmo tempo em que travamos a luta política em defesa dos métodos, tradições e programa proletários, denunciemos e combatemos as medidas burocráticas e autoritárias da maioria da direção, em todos os terrenos possíveis.

A culminação desse burocratismo se deu quando, diante das conferências regionais, se impôs a proibição de discutir a conjuntura internacional, e o balanço político de atividades do partido, e expulsão da Fração da Conferência do NE. Como se pode realizar uma revisão sobre caracterizações e estratégia defendidos por mais de 30 anos sem avaliar como isso se refletiu na ação partidária e nas respostas que se deram aos fatos da conjuntura mundial? Como fazer uma conferência regional discutindo apenas uma resolução nacional que não se refere à conjuntura internacional e a aspectos organiza-

tivos específicos, desvinculados entre si e de um balanço geral? Como se pode impedir que militantes possam se expressar num organismo partidário em que até contatos podem fazê-lo, colocando os militantes opositores numa posição mais distante do partido que os simpatizantes?

A covardia em debater francamente as divergências se expressa também na covardia em formalizar uma coisa que já se fez na prática. Temos total consciência de que a expulsão de nossos camaradas da referida conferência é a cassação do direito estatutário a divergir e a defender as divergências nos organismos, bem como de toda a Fração G. Lora do partido. Não colaboraremos com a farsa da direção, submetendo-nos a essas manobras, voltadas a enganar mais uma vez a militância despolitizada. Diante do embuste da direção, que nos expulsou de fato e não formalmente, formalizamos com esta declaração nossa separação formal do partido, e a atribuímos a responsabilidade política totalmente à maioria da direção revisionista e burocrática.

## Breve nota sobre o manifesto “em defesa do POR”

Fração G. Lora – em defesa do programa – expulsa do POR – 29/01/2023

Depois de nossa expulsão do POR e da divulgação de nosso comunicado público, a direção desse partido divulgou um manifesto de “resposta”. Por meio dele, com suas acusações pessoais, difamações, etc., e comparando com o caráter e forma política de nosso comunicado, pode-se ter uma breve noção do que foi o transcurso do debate interno de cerca de um ano de polêmica. Colocados para fora do partido, não nos interessa responder a essas intrigas, que só servem para a preservação interna do caudilhismo, e para “dar a linha” de resposta aos militantes, diante das demais correntes políticas. O centro dessa resposta, na questão organizativa, é o não reconhecimento de nossa expulsão. Pois bem, a ata que nos colocou para fora do partido é bem clara: *“O CC, baseado na ata da reunião da Coordenação Regional Nordeste, de 14 de janeiro de 2023, que expõe a violação da disciplina partidária, portanto do centralismo democrático, pelos militantes da Fração XXXX e YYYYYYYY (nomes omitidos por segurança), decide por suas exclusões do partido.”* E mais: *“Discutiu-se também porque não excluir a Fração, afinal o maior responsável é a própria Fração. A resposta de ZZZZZZ foi de que a Fração deveria ter a oportunidade de reconhecer o erro.”* A violação a que se refere é não ter se submetido à proibição de participar de uma conferência regional do Nordeste, à qual sempre compareceram, pelo único motivo de terem divergências políticas com a direção. Ou seja, negaram-se cumprir uma decisão que violava o direito estatutário de divergir. E, note-se, não havia um ponto de pauta na conferência que discutisse as divergências, já que a direção suprimiu os pontos de “conjuntura internacional” e “balanço político da linha e de atividades.” A direção do POR recorre ao centralismo democrático, mas este não lhe dá poderes absolutos, a mesma direção está subordinada às decisões dos congressos, entre elas, os estatutos. Quando uma direção viola os estatutos para impor uma decisão, embarcou no centralismo burocrático. Centralismo esse que impôs ainda, como condição para os demais membros da Fração permanecerem no partido, além de aceitarem

a expulsão de seus membros, a subordinação à supressão desse direito estatutário elementar. Lembramos que os estatutos estão ligados ao programa, o qual estamos defendendo do revisionismo da direção há um ano, sob todo tipo de burocratismo.

Vamos, ainda, nos referir a duas questões políticas de fundo que estão presentes nesse “manifesto”, e que têm valia para luta em defesa do programa do proletariado.

A primeira delas é o reconhecimento público de que a divergência travada no XVI Congresso do POR ao redor da “tese 13” da resolução aprovada, de que, segundo nossa posição, já continha a revisão da caracterização da Rússia enquanto estado burguês e a negação do programa da revolução política para ela. Na época, chamamos a atenção para o fato de que as declarações do partido internacional (CERQUI) sobre a guerra da Ucrânia já expressavam essa revisão do programa defendido durante mais de 3 décadas. A direção do partido, durante meses, negou que isso ocorria, afirmando que a divergência era artificial. Depois de 5 meses do XVI Congresso brasileiro, um Congresso do partido internacional (CERQUI) discutiu e votou pela mesma revisão. No entanto, nem antes dos dois congressos, nem entre eles, nem depois deles, houve qualquer mudança na linha política para a guerra na Ucrânia, o que por si só comprova que a revisão foi feita antes de qualquer discussão e decisão coletivas, que serviram apenas para formalizar a revisão decretada pela direção, em oposição ao programa que defendemos durante mais de 3 décadas, e cuja defesa pela direção deveria ser uma obrigação. Aqui é possível apontar uma ruptura total com o método marxista. Ainda que seja necessária uma mudança de caracterizações e bandeiras por conta de mudanças na realidade, essa mudança deve partir da avaliação e explicação do porquê se errou durante tanto tempo, que fatos levaram a se deparar com essa trajetória, de maneira crítica e autocrítica, de modo a ter de revisá-la. Mudar de política como quem muda de roupa, ignorando sua própria trajetória, é completamente estranho

à tradição do socialismo científico.

A segunda delas é o reconhecimento formal de que o partido passou a defender a caracterização de estado burguês para Rússia desde 1991. Esse reconhecimento, primeiramente, confirma o que dissemos logo acima, ou seja, que a direção passou por cima de todas as declarações, manifestos e resoluções congressuais partidárias dos últimos 32 anos, para passar a afirmar o oposto, sem se debruçar, nem explicar, por que teríamos errado tanto, por tanto tempo. No V Congresso do CERQUI, de setembro de 2022, havia uma profusão de defesas de datas da restauração capitalista na Rússia. Apontaram, para defender a caracterização do estado burguês, os anos de 1985, 1987, 1989, 1991, 1993, 1998, 2000, 2010. Reclamaram muito quando se exigiu que se definisse finalmente uma data. A ausência dessa definição prova a diversidade de compreensões que se agruparam ao redor da tese da transformação orgânica, reformista, de um estado operário em burguês, a qual nega uma das principais teses marxistas, a da necessária insurreição para a revolução ou contrarrevolução restauracionista. A fixação de uma data, publicamente, mostra que a direção considera, em oposição a tudo o que escrevemos na luta política contra as correntes revisionistas do trotskismo em toda a nossa história, que o fim da URSS foi o fim do estado operário, que passou a ser burguês, desde então. Qual a base econômica e social para isso? Ignorou completamente. Em 1991, certamente a Rússia tinha uma economia predominantemente estatal, incluídos aí os serviços e comércio. Entre 1993 e 1999, principalmente, houve um forte processo de privatizações, que conduziu o PIB do país a menos da metade. O caminho apontado era o de tornar a Rússia em semicolônia. Um setor da burocracia, encabeçado por Vladimir Putin, para defender seus privilégios e a fonte de seus ganhos, passou a reverter essa tendência. Apoiada no que restou das conquistas da revolução de 1917, a burocracia reestatizou grande parte da economia (por diversos métodos: expropriações, perseguições políticas, prisões, assassinatos, etc.), preservou o controle dos ramos fundamentais, e retomou o setor bancário. O comércio e os serviços ficaram de fora do amplo processo de reestatização. A economia russa deu um novo cavalo de pau. Passou a crescer e retomou o desenvolvimento de sua

tecnologia militar, ao ponto de ocupar o 2º lugar mundial na exportação de armas, perdendo apenas para os EUA. Passou de devedor a país credor. A burocracia jamais perdeu o controle do Estado, mantendo a ditadura burocrática, apesar de um “esmalte democrático” – há eleições, mas são manipuladas, praticamente não é possível desenvolver uma oposição organizada no país, os partidos que ocupam postos no parlamento, exceto o PCFD, são todos dirigidos por ex-subordinados de Putin, a Constituição é uma ficção. As oligarquias que se formaram sob o governo de Ieltsin, que tinham ascendência sobre o governo, foram transformadas em novas oligarquias, subordinadas direta ou indiretamente ao governo da burocracia. Muitos dos antigos oligarcas foram “suicidados”, presos ou fugiram para o exterior.

O controle dos ramos fundamentais da economia russa pelo Estado é o que restou das conquistas da revolução proletária. Ao imperialismo, interessa derrubar a burocracia do poder do Estado e subordinar a economia russa ao capital financeiro internacional. O que resultará em destruição de suas forças produtivas e possibilidade às multinacionais de controlarem esses mercados, abrindo a possibilidade de retomar a reprodução ampliada do capital à custa dessa liquidação.

O dever elementar de todo revolucionário é se colocar, em qualquer conflito que envolva o imperialismo, contra este, seja lá qual for o governo do país oprimido, semicolonial, ou de um Estado operário degenerado. A direção do POR abdicou dessa obrigação. Está pela derrota militar da Rússia frente à OTAN, que é o que se depreende de sua posição de “Paz sem anexações”. Ainda que fosse consequente com sua caracterização antimarxista da transformação orgânica de um estado operário em burguês, deveria se colocar ao lado da Rússia contra o imperialismo, sem se comprometer de nenhuma forma com qualquer apoio ao seu governo ou aos seus métodos.

O reconhecimento da revisão de fevereiro do ano passado e de que passou por cima de 32 anos de luta contra as deformações centristas, contra as quais G. Lora encabeçou a construção do CERQUI, mostra que perderam o rumo, caminham em direção ao centrismo, e aí não vão se deter.

## NOTAS HISTÓRICAS

### 25 DE JANEIRO DE 1924 / **Morte de Vladimir Ilich Lenin**

Lenin foi o principal líder da Revolução Russa de 1917. Nasceu em 22 de abril de 1870 em Simbirsk, e morreu em Gorki (perto de Moscou). Formou-se em Direito. Em Samara, organizou um círculo marxista e, a partir de 1893, aparece como líder dos marxistas de São Petersburgo. Ele se formou lutando contra o populismo e terrorismo individual. Sua primeira prisão ocorreu em 1895. Ele lutou contra o economicismo, e caracterizou a revolução russa como burguesa contra a burguesia, a qual já se havia movido para a contrarrevolução. Em 1902, surge o livro “Que Fazer?”, onde os fundamentos marxistas do partido revolucionário são explicados, e o espontaneís-

mo é desmascarado. Ele lutou para criar um partido de revolucionários profissionais, altamente centralizados e dirigidos pelo centralismo democrático. Ele liderou a fração bolchevique contra os mencheviques, uma luta que, em 1912, concluiu na cisão formal. Ele sustentou polêmicas com Trotsky. Após a derrota da revolução de 1905, ele emigrou para o exterior por muitos anos. Em abril de 1917, formulou suas “Teses de abril”, que vão além do slogan de “ditadura revolucionária democrática dos operários e camponeses”, e orientou o partido para a ditadura do proletariado. Ele teve disputas amargas na liderança do partido sobre a revolução de 1917. Junto com

Trotsky, foi um dos principais líderes da insurreição de outubro de 1917. Lutou contra as primeiras manifestações da burocratização estalinista no partido e no estado operário. Foi o primeiro a apontar o perigo da ditadura de Stalin sobre o partido (“Testamento”). Ele aplicou o marxismo era do imperialismo. (G. Lora, Dicionário Histórico Político e Cultural).

Lenin formulou a teoria do imperialismo como fase última do capitalismo. Essa sua contribuição teórica nos mostra que, desde o domínio dos monopólios e do capital financeiro mundiais, não é mais possível uma fase de desenvolvimento reformista do capitalismo. Vivemos na era das guerras, revoluções e contrarrevoluções. Só se podem desenvolver forças produtivas numa região à custa da destruição em outras. O mundo é governado por um

punhado de países desenvolvidos sobre a ampla maioria de países atrasados. Somente a revolução proletária pode abrir caminho para a transição ao socialismo, modo de produção superior ao capitalismo, que por sua vez somente poderá se implantar em nível mundial. As revoluções socialistas em cada país são elos da corrente geral da revolução socialista mundial, que por fim à propriedade privada e constituirá a propriedade social, de todos e de ninguém ao mesmo tempo. Abrirá assim caminho à sociedade sem classes, portanto, sem explorados nem exploradores, o comunismo.

As teses de Lenin nos mostram a impossibilidade de realização do reformismo capitalista, que acaba sempre na trincheira da contrarrevolução, servindo à burguesia nacional e internacional.

## 23 DE FEVEREIRO (8 DE MARÇO EM NOSSO CALENDÁRIO) / *Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia*

A revolução de fevereiro ocorreu por conta da grande insatisfação popular contra a autocracia do czar e a participação da Rússia na 1ª guerra mundial, em que os filhos dos camponeses serviam de bucha de canhão para as disputas imperialistas europeias, e os insumos produzidos eram em grande parte confiscados para suportar a guerra. Em São Petersburgo, a partir de uma greve na Usina Putilov, os movimentos grevistas se espalharam e as grandes manifestações tomaram conta das ruas. As mulheres tecelãs encabeçaram esse movimento.

Nicolau II renunciou, e se formou um governo burguês, primeiramente dirigido pelo príncipe Lvov, depois, a partir de julho, por Alexander Kerensky, assentado numa aliança entre os kadetes (liberais), Mencheviques e Socialistas Revolucionários. O governo provisório não cumpriu a promessa de tirar a Rússia da guerra, e isso levou a uma grande insatisfação das massas operárias e camponesas, que por fim apoiaram a Revolução de Outubro de 1917, liderada pelos bolcheviques.

A revolução de fevereiro demonstrou a impossibilidade de um governo dos partidos burgueses e pequeno burgueses de atender as mínimas reivindicações das massas. A

derrubada do czarismo não deu vida a uma forte democracia burguesa num país atrasado, mas abriu as portas da revolução proletária.

### 8 DE MARÇO / *Dia da mulher*

Surgiu em 1910, na 2ª Conferência internacional das mulheres socialistas, como uma proposta da comunista alemã Clara Zetkin. 129 operárias estadunidenses de uma fábrica têxtil morreram carbonizadas, vítimas de um incêndio intencional no dia 8 de março de 1857, em Nova York. No dia 26 de fevereiro de 1909, também em Nova York, houve uma passeata contou com cerca de 15 mil mulheres, que protestaram por melhores condições de trabalho. A data, entretanto, só foi escolhida depois de 8 março de 1917, quando um grupo de mulheres realizou uma manifestação em Petrogrado (atual São Petersburgo), na Rússia. Elas pediam melhores condições de vida e a retirada do país da Primeira Guerra Mundial.

## 14 DE MARÇO DE 1883 / **Morte de Carlos Marx**

Nasceu em Tréveris (Alemanha), em 5 de maio de 1818, e morreu em Londres. Fundador, juntamente com Frederick Engels, do socialismo científico. Na Universidade de Berlim juntou-se aos “Hegelianos de esquerda”. Em Paris, fundou, com Arnold Ruge, os “Anais Franco-Alemães”, onde publicou sua crítica da filosofia do direito de Hegel. Em 1844, conheceu Engels, iniciando um trabalho conjunto. Após a revolução de fevereiro 1848, foi expulso da França e interveio na Alemanha nos acontecimentos revolucionários; após a derrota, foi para Londres, onde morou durante o resto de sua vida. Em 1859, ele publicou a “Contribuição para a crítica da economia política” e, em 1867, o primeiro volume de “O Capital”. Em 1864, ele contribuiu para a fundação, em Londres, da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT, (Primeira Internacional), cujos documentos fundamentais escreveu. Defendeu a Comuna de Paris (1871), e assimilou e divulgou seus ensinamentos.

A opinião de Lênin: “A doutrina de Marx é onipotente, porque é exata. É completa e harmoniosa, dando aos homens uma concepção integral do mundo, inconciliável com toda superstição, com toda reação e com toda defesa da opressão burguesa”. (G. Lora, Dicionário Histórico Político e Cultural).

O marxismo, permite o conhecimento da realidade, ou seja, das leis de seu desenvolvimento e transformação. Ele abarca os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento em seu constante desenvolvimento, transformação e relação entre si (materialismo dialético ou filosofia marxista). Nas palavras de Trotsky: “A realização inconsciente do inconsciente processo histórico, ou seja, das tendências elementares e instintivas do proletariado em direção à reconstrução da sociedade sobre bases comunistas, mas é propriamente o materialismo histórico ou a aplicação do materialismo dialético aos problemas da sociedade.

## **Metroviários de S. Paulo adiam a greve**

Os trabalhadores reivindicam Participação nos Resultados atrasadas e aquela referente ao ano de 2022. A previsão da greve seria para o dia 1º de fevereiro, depois adiada para o dia 15 de fevereiro, e agora adiada mais uma vez para o dia 1º de março. A direção sindical negocia e vai jogando a greve como um blefe. Ou seja, usam a possibilidade de greve em função da negociação. Ao contrário, é preciso usar da negociação para organizar a greve, que é o instrumento que de fato pressiona o governo ao atendimento das reivindicações.

## **Greve no metrô de Belo Horizonte contra privatização**

O metrô de Belo Horizonte segue em greve. Em assembleia realizada na Estação Central na noite de 14/02, com cerca de 250 pessoas, os metroviários decidiram estender a paralisação por mais dois dias. Os profissionais são contrários à privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos em Minas Gerais (CBTU-MG). Este é o método para enfrentar as privatizações, que só favorecem os capitalistas, que abocanham empresas públicas para lucrar com elas, à custa de maior cobrança sobre os trabalhadores e piora nos serviços, pela manutenção precária.

## **Motoristas de ônibus urbanos e semiurbanos de São Luiz adiam greve**

Estava marcada para o dia 14 de fevereiro. Os motoristas e demais funcionários reivindicam 15% de reajuste, vale alimentação de R\$ 900,00, igualdade de jornada de trabalho, preservação dos empregos dos cobradores em seus postos, manutenção do plano de saúde com inclusão de um dependente.

## **MOTORISTAS DE BELO HORIZONTE PARALISAM CONTRA ATRASO DE PAGAMENTO**

Trabalhadores da empresa Viação São Dimas fizeram uma paralisação no dia 13/02, em Belo Horizonte. A manifestação começou no início da madrugada. O sindicato SetraBH afirmou que a paralisação aconteceu porque a Viação São Dimas vem “escalando os pagamentos dos funcionários por conta da falta de receita para pagamento integral nas datas de adiantamento e pagamento de salários do mês”. Os motoristas mostraram que é com luta que se combatem os ataques patronais.

## **Professores de Carapicuíba exigem reajuste de fato**

Os professores do município paulista se concentraram em frente à Câmara Municipal, mas não evitaram a aprovação do projeto da prefeitura, de conceder um complemento salarial para atingir o piso nacional da educação, deixando de fora uma grande parte dos professores, e mantendo o salário base. A votação de 15 a 2 mostra a unidade dos vereadores em impor essa condição aos educadores. A confiança na via parlamentar como meio de resolver os problemas leva à derrota. É preciso organizar a luta da categoria em defesa de um reajuste a todos e respeito ao piso nacional.

## **Professores do Rio Grande do Sul sofrem com pressão por aprovação e não têm apoio do CPERS**

Des alguns anos, o governo estadual pressiona os professores para a aprovação de estudantes a qualquer custo. Essa pressão resultou num índice de reprovação e apenas 11% no estado. Mas o governo do PSDB pressiona por mais, busca alcançar a aprovação plena, de forma a apresentar esses dados de planilha como um sucesso de administração. O sindicato da categoria, o CPERS, não toma postura de defesa dos professores, e não organiza a mobilização contra o governo Eduardo Leite, que ajudou a eleger, supostamente “para combater o fascismo”. A alegação petista da campanha eleitoral, de que Eduardo Leite não seria “autoritário” como Onix Lorenzoni, cai por terra com a prática autoritária do governo que foi apoiado por eles e taxado de “democrático”.

## **Terceirizados em hospitais de Natal/RN fazem greve contra o não pagamento de salários**

Cinco hospitais da capital mantêm seus serviços de higienização e maqueiros por meio de uma terceirizada, a SAFE. Eles não têm recebido os salários, vale transporte e alimentação. Decidiram pela greve desde o dia 13/02.

As terceirizadas recebem os repasses dos governos, e muitas vezes deixam de cumprir com suas obrigações com os seus empregados, dando calote e esperando que o poder público pague seus compromissos de forma duplicada, ou seja, pagam as empresas terceirizadas e pagam de novo aos trabalhadores quando estes sofrem com o calote das empresas. Já passa da hora de defendermos a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, e o fim das terceirizações. Para isso, é preciso unificar a mobilização dos efetivos e contratados num só movimento.



## ***“Tragédia” anunciada em cidades do Litoral de SP são culpa dos governos e da especulação imobiliária capitalista***

Todos os anos, em todo o Brasil, as chamadas “tragédias” se repetem: os explorados, vítimas dos salários de fome, quando não conseguem pagar o aluguel, são obrigados a construir nas áreas onde alagam ou nos morros onde deslizam as serras e as encostas, destruindo, assim, suas casas e matando parte destes.

Os municípios do litoral Norte (Caraguatatuba, São Sebastião Ubatuba e Ilhabela), além das duas cidades também atingidas pelas chuvas na Baixada Santista, Bertioga e Guarujá, foram o cenário da vez. Nestas duas últimas cidades, os problemas foram menores, apenas com alagamentos e quedas de barreiras nas rodovias. Já em São Sebastião, vimos a morte de, ao menos, 40 pessoas, com vários desaparecidos e com o desmoronamento de vilas inteiras, tanto na região central da cidade quanto em bairros mais afastados, como os da rica costa sul da cidade, a exemplo da vila Baiana, da vila Pantanal, nos bairros de Boiçucanga e Camburi. Em Ubatuba, a população do chamado “parque Guarani”, próximo ao aeroporto, na área central, perdeu quase todos os seus pertences com a cheia do rio Tavares, que atingiu os bairros Sumaré e Estufa II. Neste último, uma pedra rolou o morro, e matou uma criança de 7 anos. Em Caraguatatuba, os bairros mais atingidos com os alagamentos foram o Rio do Ouro, por conta do rio que tem o mesmo nome, e os bairros Morro do Algodão e Rio Marinas, por conta das cheias do Rio Juqueriquerê. Em Ilhabela, os bairros mais atingidos foram os da região Sul, Borrifos e Bexiga.

Em números gerais, a “tragédia” consumiu, ao menos, 40 vidas, deixando desabrigadas mais de 2.500 pessoas. Para piorar a situação, os problemas ocorreram quando as cidades estavam cheias de turistas, no feriado de carnaval, que, inclusive, foi cancelado, no caso de São Sebastião. O problema imediato enfrentado é, além de abrigar as famílias que ficaram sem casas ou perderam tudo, é a desobstrução das rodovias, que estão cheias de barreiras. Esse último problema será sanado logo, pois, para o sistema capitalista, é imperativo que suas mercadorias circulem livremente. Ao contrário dos muito ricos, que puderam gastar até R\$ 30 mil em viagens de helicóptero alugado para a capital do Estado, há milhares de pessoas sem dinheiro que estão sitiadas pela lama em bairros periféricos.

Note-se que os noticiários deram grande cobertura à catástrofe, e o governador transferiu seu gabinete para São Sebastião. Ao contrário de outras vezes, a calamidade atingiu também os lugares de férias da burguesia e classe média alta, que têm poder de pressão direta sobre o governo e a imprensa. E qual foi a resposta do governador Tarcísio sobre tudo isso? Que é necessário “ensaiar” a população pobre para se refugiar nas escolas e igrejas, e que o governo “ajudará” a reconstruir os bens perdidos pelos ricos.

Lula, que esteve na região e participou de coletiva de imprensa com o governador e o prefeito Felipe Augusto, não pôde ir muito além: ainda que insuficiente, prometeu verbas milionárias para auxiliar na resposta e parcialmente na recuperação dos bairros afetados em São Sebastião, e demagogicamente “pediu” ao prefeito sebastianense que “arrumasse um bom lugar” para construção

de casas populares longe das áreas de risco, como se fosse um novo problema, o qual ele próprio não enfrentara em seus mandatos anteriores, ao mesmo tempo que ignora os motivos que levam os mais pobres a erguerem seus barracos e casebres em encostas e regiões alagadiças.

Diversos órgãos das três esferas se esforçam para enviar suprimentos elementares à vida, como colchões, cobertores, água, cestas básicas, etc. São auxílios que chegam lentamente e são insuficientes para atender a população, que passa sede e fome. Parte da pequena burguesia comercial do local se aproveita da extrema miséria e ampla necessidade. Para se ter uma ideia, uma garrafa de água pode custar 90 reais. Frente a isso, começaram pequenos saques e furtos de mercados e comércios de alimentos (adegas, restaurantes, mercearias, etc.) numa tentativa desesperada de levar o básico para casa, e isso tem preocupado as autoridades, no sentido de ampliarem os saques, ao ponto de mobilizarem efetivos da Polícia do Exército e tropa do Choque (Polícia Militar) para escoltarem os mantimentos que chegam. Esse aparato repressivo estatal, que nunca foi visto antes na região, também está à disposição das prefeituras, que se aproveitam da situação, e tentam invadir bairros como Itatinga e Olaria, com retroescavadeiras, para pôr abaixo casas consideradas em áreas de risco; o mesmo não ocorre com as casas milionárias que invadem a orla das praias ou se isolam por opção em morros à beira-mar.

Por mais que a imprensa se esforce para afirmar que o problema é a quantidade de chuvas (mais de 600 milímetros em um único dia) em Bertioga e em São Sebastião e, um ou outro jornal até fale sobre o problema das “desigualdades”, das “ocupações desordenadas”, nenhum deles toca na raiz do problema, que é a extrema concentração de riqueza pela classe burguesa, e a expansão da miséria e do desemprego entre as massas. A mercantilização forçada de todos os setores da sociedade impõe uma brutal especulação imobiliária, que inviabiliza que uma grande parcela da população consiga construir em locais mais dignos, sem se expor aos sistemáticos alagamentos e deslizamentos de encostas. E o aumento das chuvas, antes nunca visto, decorre do aquecimento global e da destruição da floresta amazônica. No entanto, a reação da natureza não resultaria em catástrofe, se não fosse a miséria das massas, imposta pelo capitalismo.

A Aldeia indígena Rio Silveira, que fica já na divisa entre São Sebastião e Bertioga, já há anos vem sofrendo com o cercamento de suas terras pela especulação imobiliária, com o aumento da fome pobreza e miséria, foi completamente atingida. Até o momento, segue tendo de enfrentar isoladamente os efeitos das enchentes, as águas chegaram quase ao teto de algumas casas. **Que os governos resolvam os problemas de todos os atingidos sem distinção.**

A burguesia e os governos, bancando os espertalhões, incentivam as ações assistencialistas. Assim, conseguem desviar a atenção das massas, para que não percebam que a culpa dos desastres são deles. Lenin, quando no final do século XIX, se posiciona contra o assistencialismo com relação à fome que assolava os russos, deixa claro que esse tipo de ação é para amortecer o instinto de revoltas das

massas contra os verdadeiros culpados pelas tragédias que, desde a Roma antiga, assolam muito mais os miseráveis do que a classe dominante, que nada sofre.

### ***As “tragédias” se repetem apesar dos orçamentos municipais***

Os orçamentos das cidades são decididos por uma cúpula de vereadores, no geral, ligados aos prefeitos e às empresas que abocanham a maior parte do dinheiro público. Para dar um verniz de “democracia”, as câmaras municipais chegam, às vezes, a chamar as “audiências públicas” para debater a lei orçamentária anual, para afirmarem que existe alguma “participação popular”. Tudo não passa de desfaçatez, uma vez que as massas mais exploradas só fazem trabalhar para tentar comer, não conseguindo participar, sequer, destas “audiências” que, na verdade, são controladas por burocratas puxa-saco dos prefeitos, e respondem, em última instância, aos interesses das frações capitalistas, de dentro e de fora dos municípios. A esquerda reformista adora “disputar” tais espaços, alimentando a ilusão de que é possível enfrentar os tubarões capitalistas que controlam os cofres públicos. Neste momento, inclusive, limitam as críticas aos governos municipal e estadual, blindando o governo federal.

Devemos compreender como são manejados os orçamentos, dirigidos para consolidar grupos econômicos, inclusive, no zoneamento de áreas. Em cidades mais ricas, como as do litoral paulista, o problema não é a falta de dinheiro para investir na melhoria das condições de vida da população, mas sim para quem e para onde este dinheiro é direcionado.

Começando pela Baixada Santista, o orçamento da cidade do Guarujá para o ano de 2023 será da ordem de R\$ 2,5 bilhões, com uma população estimada em 324.997 pessoas. Bertioga contará com R\$ 887,6 milhões, com uma população estimada em 66.154 habitantes. As cidades de São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela são as que possuem os maiores orçamentos do Litoral Norte. São Sebastião, por abrigar o Porto e a Petrobrás; Ilhabela, pelos royalties pela exploração do petróleo numa bacia que fica dentro de seu território marítimo; e Caraguatatuba, por abrigar a UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba), também da Petrobrás. São Sebastião possui um orçamento de mais de R\$ 1,4 bilhão, com uma população estimada em 90.328 habitantes. A cidade de Ilhabela, com a menor população do Litoral Norte (pouco mais de 36 mil habitantes), aprovou em sua LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) quase R\$ 1,3 bilhão. Nessa lista, apenas Ubatuba possui um orçamento inferior a R\$ 1 Bilhão, com R\$ 660 milhões.

Como podemos ver, os orçamentos são muito desiguais, isso fica evidente, ao compararmos o orçamento de Ubatuba, com uma população de mais de 92 mil habitantes, e Ilhabela, com um orçamento de quase o dobro daquela, mas que tem quase 3 vezes menos a sua população. Com exceção de Ubatuba, essas cidades possuem grandes orçamentos, comparado à realidade da maioria dos municípios de São Paulo, ou mesmo do Brasil. Há também uma reserva de R\$ 1,2 bilhão nos cofres do governo federal, somente para combate a enchentes, que nunca é usado totalmente. Podemos constatar que ter um alto orçamento não significa resolver os problemas sociais das cidades. Os orçamentos são alvo de disputa

entre as oligarquias regionais e os grupos econômicos, sobretudo, os ligados à especulação imobiliária. O problema está, portanto, em que todo esse dinheiro é controlado por quadrilhas, ligadas aos prefeitos e aos vereadores, e aos capitalistas, fazendo com que os explorados passem longe de todo esse recurso bilionário, que poderia ser investido em infraestrutura para as cidades, e mais moradias populares dignas, por exemplo, fora das áreas de risco.

Essas cidades, com destaque para São Sebastião, onde ocorreram a maior parte das atuais mortes, praticamente não investem em moradias populares, ao contrário, no final do ano passado, em 2022, o prefeito Felipe Augusto queria demolir cerca de 300 casas, que ele classificava como “moradias irregulares”. Os moradores fizeram um protesto na frente da Prefeitura, exigindo dele a regularização fundiária, a qual ele havia prometido em sua campanha eleitoral. Perante as câmeras de TV, Felipe Augusto, o “demolidor”, assim apelidado pelo movimento, estava falsamente demonstrando preocupação com a população que, em diversos momentos, foi atacada por ele, que a culpabilizava por construir nas áreas de risco. Seu próprio governo, nos dois últimos mandatos, fomentou a especulação imobiliária, aumentando os investimentos na estrutura dos bairros ricos, e demolindo os casebres da população que, sem condições e com um salário de miséria, constroem nas áreas de encostas, na estreita Serra do Mar. A intolerância que demonstrou e demonstra contra as casas populares “irregulares” não demonstra contra as mansões construídas em áreas de preservação ambiental.

Se as comunidades atingidas não conseguirem se organizar num **Comitê Permanente em Defesa das Moradias**, as “tragédias”, cujas consequências não tem nada de “naturais”, se repetirão, e com maior frequência, dada a maior degradação do meio ambiente, em função da aceleração dos desequilíbrios climáticos, também produzidos pelo capitalismo em decomposição. A diferença entre essa tragédia e os já corriqueiros problemas enfrentados por essas comunidades é que, desta vez, a classe média alta e parte da burguesia que têm suas mansões na região rica da costa sul de São Sebastião também foram atingidas.

A pergunta que essas comunidades devem fazer é a seguinte: **onde será investida a maior parte do dinheiro que Lula prometeu em seu discurso populista ao visitar o litoral de São Paulo e saber da “tragédia” de São Sebastião?** Como sabemos, os prefeitos controlam o orçamento e atuam para beneficiar os grupos econômicos. Nesse sentido, sem organização política dos explorados, o problema prevalecerá. Sobretudo na região da costa sul de São Sebastião, onde os dois lados da rodovia, o da praia e o da serra, deixam claríssimo o lado dos ricos e o dos pobres, onde quem tem dinheiro compra ou constrói mansões milionárias ao lado das praias, enquanto os morros e áreas alagadiças são muitas vezes ocupadas por aqueles que construíram essas mansões.

***Organizar os Comitês permanentes de luta por Moradia, por Salários e por Direitos!***

***Abaixo a especulação imobiliária! Exigir que as prefeituras construam moradias dignas para toda a população mais pobre!***

# Por que precisamos de uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin

A eleição da chapa Lula/Alckmin expressou uma mudança na forma política do governo burguês de plantão. Antes, a eleição de Bolsonaro expressava uma necessidade de alinhamento governamental e da burguesia brasileira ao trumpismo, ao governo de Donald Trump nos Estados Unidos. As pressões do governo norte-americano já tinham deposto o governo Dilma Rousseff, do PT, por meio de um golpe institucional. Não que Dilma não pretendesse aplicar as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional, no sentido de criar as condições para o sustento do parasitismo financeiro, que se estreitaram a partir de 2015, por conta das tendências recessivas. Dilma até nomeou um ministro dos banqueiros (Joaquim Levy) para chefiar a economia brasileira. Lançou mão de cortes de gastos num total de R\$ 80 bilhões. Pouco, para sustentar o parasitismo da dívida pública. Haveria de fazer a reforma Trabalhista, para favorecer ainda mais a exploração do trabalho assalariado, e da Previdência, para desviar mais de R\$ 700 bilhões para os bolsos dos banqueiros e especuladores. O que Dilma não conseguiu, o governo golpista de Michel Temer fez pela metade. Conseguiu aprovar o Teto de Gastos, que congelava os gastos públicos por 10 anos, e a reforma Trabalhista, que destruiu pontos fundamentais da CLT e escancarou a precarização do trabalho.

Mas coube a Bolsonaro, favorecido em sua eleição pela prisão arbitrária de Lula, realizar a reforma da Previdência. E ainda impor uma série de medidas de destruição dos salários e empregos, dando continuidade à Reforma Trabalhista.

A mudança de governo nos EUA e o desgaste de Bolsonaro junto às massas e a uma parte da burguesia nacional criaram as condições para uma nova virada política. Lula foi inocentado pelos mesmos ministros

do STF que lhe negaram o habeas corpus quatro anos antes. Todos os seus processos foram arquivados. O lançamento de sua candidatura atendeu a duas necessidades burguesas: tirar Bolsonaro do governo, adequando a direção do leme do Estado brasileiro às novas condições internacionais; e ter um forte instrumento para a conciliação de classes no país, de forma a frear qualquer tendência de luta que se manifeste a partir da resposta aos ataques que a burguesia já fez e ainda tem de fazer contra as massas, para despejar o peso da crise econômica sobre elas. Rapidamente, todo um setor da burguesia se alinhou para defender essa linha. A incorporação de Alckmin, um político testado pela burguesia e dos mais próximos aos Estados Unidos, serviu como uma garantia do conteúdo do futuro governo. Rapidamente, setores como a Fiesp e a Febraban se uniram “em defesa da democracia”, que foi o mote da campanha lulista. No entanto, setores da burguesia nacional mais favorecidos pelo bolsonarismo se mantiveram no apoio a Bolsonaro. Setores como mineradores ilegais, exportadores de madeira amazônica, o agronegócio mais alinhado com as produtoras de insumos tóxicos, setores do grande comércio, viram no continuísmo a preservação de seus privilégios. Colocou-se assim uma polarização eleitoral burguesa definida entre as duas candidaturas. A chamada 3ª via praticamente se incorporou à chapa Lula-Alckmin. O lançamento de Simone Tebet pelo MDB respondia às necessidades regionais oligárquicas de não comprometimento de suas candidaturas locais. Tanto é que, logo após o 1º turno, Tebet debandou para a chapa Lula/Alckmin.

As massas foram arrastadas pela polarização burguesa, como ocorre em geral nas eleições. Uma particularidade desta eleição foi a divisão

*... é preciso combater o governo burguês de Lula/Alckmin com a força da ação das massas.*

quase que ao meio da votação entre os dois principais candidatos, fato semelhante ao ocorrido em 2014, entre Dilma Rousseff e Aécio Neves.

A vitória de Lula era esperada, mas não tão apertada. Lula ganhou entre os mais pobres, e Bolsonaro se manteve à frente principalmente junto à classe média.

O governo de Lula/Alckmin é burguês, pró-imperialista e de unidade da burguesia nacional (frente ampla), arrastando atrás de si as esquerdas. Na oposição, permaneceu apenas o setor mais radical e ideológico do bolsonarismo. O que se verificou na composição dos ministérios, que incorporaram MDB, PSD, União Brasil, e nas eleições da Câmara e Senado.

As massas estão iludidas pela propaganda burguesa e pelas direções sindicais quanto ao governo Lula/Alckmin. Se, de um lado, pode até ampliar o assistencialismo em alguns de seus aspectos, por outro, e essencialmente, cumprirá com as determinações do capital financeiro internacional e multinacionais, alinhando-se ao governo Biden nas principais questões internacionais, ainda que com algumas particularidades. E dará continuidade às medidas que favorecem os capitalistas por meio de ataques às condições de vida e trabalho das massas.

É por isso que é preciso combater o governo burguês de Lula/Alckmin com a força da ação das massas. Nada de confiar no que dizem as direções sindicais que, em maior ou menor grau, se alinham com o governo. Organizar uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin, esta é a tarefa colocada.

## ***Os bloqueios bolsonaristas nas estradas e os ataques em Brasília no 8 de janeiro***

**Não há possibilidade de golpe sem o apoio do imperialismo norte-americano**

Logo após a vitória eleitoral de Lula/Alckmin, grupos bolsonaristas bloquearam centenas de estradas pelo País. Os bloqueios ocorreram sob a anuência ou mesmo apoio de grupos da polícia rodoviária federal. Bolsonaro, diante da vitória de Lula, calou-se. Sobre os bloqueios, não os condenou, e ainda os insuflou, desde que não paralisassem as rodovias. Como não conseguiram evitar a nomeação do governo Lula/Alckmin, reprimidos por ordens judiciais, e condenados por todos os setores burgueses, até mesmo por aliados de Bolsonaro, foram dissolvendo-se e se reduzindo a grupos acampados em frente a quartéis do exército.

O governo eleito sabia exatamente como cortar o mal pela raiz. Substituiu comandos na PRF, e contou com a ação do Judiciário e de governos estaduais para desobstruir estradas.

Partidos e correntes de esquerda acabaram se perdendo diante da ação bolsonarista. Parte deles sacou a bandeira de “Abaixo o Golpe” e “defesa do resultado eleitoral”, sem que existisse de fato a ameaça de derrubada do governo recém eleito e empossado, que conta com apoio do imperialismo e da burguesia. Da parte dos que votaram em Lula/Alckmin, essa política serviu para justificar seu “voto crítico” contra o “fascismo”. Da parte de quem não votou em Bolsonaro, foi apenas seguidismo aos que o fizeram.

No dia da posse de Lula/Alckmin, Bolsonaro viajou para os Estados Unidos, e os bolsonaristas radicais organizaram, uma semana depois, uma série de ataques aos prédios dos três poderes, em Brasília. Cerca de 4 mil manifestantes entraram nos prédios, destruíram suas instalações internas, sem que nenhuma força policial ou militar os contivesse naquele momento. Ao contrário, havia os que orientavam os manifestantes. Novamente, uma grande unidade da burguesia se consolidou ao redor da

condenação dos atos, taxados de antidemocráticos ou de golpistas. A unidade burguesa se deu por todos os meios possíveis, os chefes dos três poderes, os comandantes do exército, os meios de comunicação, todos se alinharam “em defesa da democracia” e condenaram os atos. Lula ainda combinou com o exército que este protegesse os bolsonaristas acampados em frente ao quartel, para que não houvesse mortos ou feridos, que poderiam servir de mártires aos bolsonaristas, e de motivo para que continuassem seu movimento.

No entanto, novamente houve partidos e correntes de esquerda que levantaram a bandeira de “Abaixo a tentativa de golpe”. Novamente, não havia nenhum apoio do imperialismo ianque, nem dos mais importantes setores da burguesia, nem das forças militares, em favor de um golpe. Centenas desses bolsonaristas foram imediatamente presos. O novo governo, com apoio do judiciário e do legislativo, conseguiu depor o governador e o Secretário de Segurança do Distrito Federal, que foram apontados como apoiadores ou omissos diante dos atos.

No final das contas, o governo Lula/Alckmin saiu fortalecido do episódio. Aumentou sua base de apoio, diante dos “ataques à democracia”. A ponto de Lula conseguir mexer na linha de comando do exército. A lição que se prova é que não pode haver um golpe de estado sem ter o imperialismo e a grande burguesia por trás. E estes estão, neste momento, pela governabilidade de Lula/Alckmin.

As massas não tiveram como se expressar com independência de classe. Sem seu partido político proletário, acabaram se enfileirando por trás da defesa do governo Lula/Alckmin, quando as condições estavam dadas para se expressarem com total independência diante da disputa entre as frações burguesas, ocorrida nas eleições.

## **O governo de Lula/Alckmin e a frente ampla assimilam as direções sindicais**

Uma das consequências do seguidismo dos partidos e correntes de esquerda à frente ampla que elegeu Lula/Alckmin é a maior tendência à conciliação de classes. Mais precisamente, a uma mudança em sua forma. Se antes, com Bolsonaro, a conciliação era feita por meio de uma oposição parlamentar, que negociava a perda de direitos nas instâncias do parlamento, ou nas mesas de negociação com a patronal nos sindicatos, agora, a conciliação

se realizará com a nova estatização das organizações de massa. Ou seja, as políticas de ataques às massas passam a ser negociadas dentro do governo e defendidas pelas direções junto às bases. As direções sindicais burocráticas passam a ser uma espécie de porta-voz do governo dentro dos sindicatos e dos movimentos.

O governismo das direções sindicais afetará duramente a vida das massas. A tendência de conter os movimentos e as greves deve ser re-

forçada por essas direções, diante do governo que consideram como seu. Note-se que o governo é da burguesia, tem apoio do imperialismo, está voltado a preservar a propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado. Essas direções estão subordinadas a ele.

Mas outro setor do movimento também será afetado pela mudança na conciliação de classes. Muitas das oposições sindicais, ora dirigidas pelo PSOL, ora pelo PSTU, ou por seus



satélites, tendem a se colocar como a margem mais externa do governo. O PSOL está no governo, tem ministério e é base parlamentar de Lula/Alckmin. O PSTU está fora do governo, mas votou criticamente nele e mantém a defesa de que sua eleição foi uma “vitória da classe trabalhadora” contra o fascismo, e que a ameaça fascista é permanente. A tendência política desses agrupamentos é a de

fazerem frente com os governistas mais descarados. Seja nas assembleias, nas eleições sindicais, nas eleições de delegados aos congressos.

Contra essa tendência geral, é preciso organizar a oposição revolucionária a Lula/Alckmin. Em todo sindicato ou organização de massas, é preciso concretizar a independência de classe na oposição ao governo burguês. Caso contrário, falar em

“independência de classe” é hipocrisia. Não pode haver independência com colaboração.

A tarefa é construir frações revolucionárias que defendam a democracia operária, a independência de classe, as reivindicações e os métodos próprios de luta de classes, sob a estratégia de um governo próprio das massas, a ser alcançado pela via da revolução proletária.

## ***Lula/Alckmin mantêm a política econômica ditada pelo capital financeiro internacional***

Desde o chamado “governo de transição” de Lula/Alckmin, estabeleceu-se um debate entre os então futuros ministros e o assim chamado “mercado” (porta-vozes do capital especulativo), ao redor dos principais elementos da política econômica. Os discursos de Lula, de que seria necessário subordinar a responsabilidade fiscal à “responsabilidade social” fizeram oscilar as bolsas de valores. A discussão sobre a quebra do Teto de Gastos também resultou em um orçamento “suplementar” ao Teto de Gastos, sob o compromisso do Ministro Haddad, de enviar ao Congresso um novo tipo de controle de gastos, que dê garantia ao parasitismo financeiro sobre a dívida pública. Isso será a tal de âncora fiscal, que mudará o limite de gastos de acordo com o crescimento ou queda do PIB. A âncora fiscal, assim como o teto de gastos, serve para assegurar as condições do governo de arcar com os compromissos de pagamento dos serviços e parcelas da dívida pública, ou seja o de sustentar o parasitismo financeiro, à custa de contenção de gastos na Saúde, Educação, Moradia, Obras, salários do funcionalismo, verbas para as universidades, etc.

Na discussão sobre o salário mínimo, Lula deu um pé nas direções sindicais, prometendo-lhes que negociaria o valor, mas comunicando à burocracia sindical a decisão de mantê-lo em R\$ 1.302,00 como fato consumado. Na prática, pesou mais a “responsabilidade fiscal” sobre a “responsabilidade social”. E um mínimo de R\$ 1.320,00 a partir do 1º de Maio. Cinco vezes menos que o mínimo do DIEESE (R\$ 6.640,00).

Sobre a meta de inflação, setores do governo pretendiam modificá-lo, de forma a permitir uma maior folga orçamentária e pressão para elevação do PIB. O presidente do Banco Central, Campos Neto, fixou posição de manter a meta, agradando os especuladores do mercado financeiro. No final das contas, Campos Neto passou a defender o governo, mas a meta se manteve como ele queria. O temor dos especuladores era o de que a diferença entre a meta e a taxa de juros fosse reduzida, rebaixando assim seus lucros parasitários.

A reforma tributária, empacada há anos no Congresso, deve dar alguns passos sob Lula/Alckmin. Essa reforma atenderá principalmente aos anseios do empresariado, da burguesia, que almeja a fusão dos vários impostos

existentes, e a redução geral de seu valor.

O chamado “desenvolvimento econômico sustentável com estabilidade” é impraticável isoladamente da economia mundial. As promessas feitas aos ambientalistas, aos sindicatos e centrais, não podem ser cumpridas na conjuntura econômica mundial, que tende à estagnação, inflação e recessão.

O combate à miséria e à fome prometido depende do oferecimento dos empregos, que estão em retração ou precarização, da elevação dos salários (que estão em queda), e da preservação e ampliação de direitos (que têm sido atacados pelas contrarreformas). As fábricas estão sendo fechadas e deixando o país. As medidas assistencialistas, como o Bolsa Família, podem até se ampliar, mas não serão capazes de fazer frente às tendências de decomposição social presentes no capitalismo mundial atual. A violência contra as mulheres, negros, homossexuais, etc. tende a aumentar.

Não será possível sequer atenuar significativamente essas questões e atender as necessidades de sustento do parasitismo financeiro ao mesmo tempo. E os rumos gerais da política econômica do governo estão sendo demarcados em favor dos parasitas, ainda que se faça assistencialismo com migalhas.

Para os explorados, não interessa nem a alta inflacionária, nem a baixa. O que interessa é que os salários acompanhem os preços das necessidades das massas. Os explorados não têm nada a ver com a disputa entre os banqueiros e os industriais sobre impostos, juros ou inflação. Levantar de fato a defesa da vida e trabalho das massas hoje é erguer as bandeiras de SALÁRIO MÍNIMO VITAL (o necessário para sustento de uma família de 4 pessoas), a ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS (reajuste automático de salários de acordo com a inflação real, medidas pelas organizações das massas), e a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (divisão de todas as horas nacionais de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salários).

As massas não devem ter nenhuma ilusão no governo Lula/Alckmin. Devem se organizar e unificar ao redor de suas reivindicações, com independência de classe de verdade, e combater por elas com seus métodos próprios, e sob sua estratégia própria de poder.

## Governo Lula/Alckmin mostra a cara: Salário Mínimo de R\$ 1.302,00; R\$ 1.320,00 a partir de 1º de maio

*O salário mínimo vital permite defender a vida dos assalariados e de suas famílias, ameaçados pela decomposição capitalista, que precariza as relações trabalhistas, esmaga os salários, e mantém grande parte no desemprego. O primeiro passo para erguer essa luta é a convocação das assembleias gerais de base e soberanas.*

O governo da frente ampla de Lula/Alckmin, apoiado pela maioria dos partidos e correntes de esquerda, manteve o salário mínimo em seu ponto mais baixo dos últimos dez anos. Esse salário mínimo compra apenas 0,75% do que comprava em 2012. Para se ter uma ideia, em 2012, o salário mínimo comprava pouco mais de duas cestas básicas. Hoje, compra uma e meia. É como se o trabalhador não comprasse mais comida por uma semana em cada mês. Sem falar dos demais gastos.

O DIEESE calcula que o salário mínimo para uma família de 4 pessoas deveria ser de R\$ 6.640,00. Cinco vezes maior que o salário mínimo atual.

O governo Bolsonaro cortou o reajuste do salário mínimo com base no crescimento do PIB, como faziam os governos petistas. Com o crescimento do PIB pouco acima de zero nos últimos anos, ou mesmo negativo, se manteria a miséria para grande parte dos assalariados, mais os aposentados, que recebem o salário mínimo e têm de viver com ele.

As direções sindicais burocráticas não fazem a defesa do salário mínimo vital, porque isso leva a um choque profundo com o patronato e os governos, obstaculiza a conciliação de classes. As necessidades de sobrevivência da classe se chocam com as necessidades de acordo das direções sindicais.

Defendemos que os movimentos ergam a bandeira do salário mínimo vital. Ou seja, um salário mínimo calculado pelas assembleias operárias e dos demais movimentos, que seja suficiente para manter uma família de 4 pessoas. O salário mínimo vital permite defender a vida dos assalariados e de suas famílias, ameaçados pela decomposição capitalista, que precariza as relações trabalhistas, esmaga os salários, e mantém grande parte no desemprego. O primeiro passo para erguer essa luta é a convocação das assembleias gerais de base e soberanas.

Se o capitalismo não pode sustentar seus escravos, deve deixar de existir e ser substituído pelo socialismo.

## Orçamento para a Educação a mantém no caminho da desintegração

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, apresentado pelo governo Bolsonaro no ano passado, previa grande perda de orçamento para a Educação Básica para esse ano que, de R\$ 7,1 bilhões (2022), passaria a R\$ 5,2 bilhões (2023), com grande corte orçamentário nas áreas do EJA, com perda de 56%, em relação a 2022, e Educação infantil, com perda 96%. De acordo com o relatório do Observatório do Conhecimento, o orçamento para a Ciência e a Tecnologia previsto no PLOA 2023 equivaleria ao de 15 anos atrás; de cerca de R\$ 40 bilhões, em 2014, passaria a R\$ 17 bilhões, este ano.

Para as universidades federais, o orçamento previsto era de R\$ 5,39 bilhões para despesas discricionárias, cerca de 15% a menos que o orçamento de 2022; já para a infraestrutura, o orçamento previsto no PLOA era de R\$

350 milhões, enquanto que, em 2014, esse valor chegou a R\$ 4,8 bilhões, e representaria um valor 44% menor que em 2022. A PEC da Transição buscou recompor os valores destinados, e garantiu R\$ 12 bilhões suplementares para a educação básica e ensino superior; desse valor, R\$ 2 bilhões para as universidades federais.

Apesar da propaganda de que o retorno do governo Lula representaria um avanço, em contraste com os graves retrocessos na área da Educação, vividos sob o governo Bolsonaro, os cortes na Educação começaram a decair ainda no governo Dilma, do PT. Em 2015, o corte de verbas para a educação somou R\$ 9,4 bilhões. Além disso, desde a aprovação da EC95 no governo Temer, a Educação perdeu R\$ 74 bilhões para outras áreas, somando as perdas sob os governos Bolsonaro e Temer.

A destruição do ensino público corresponde à decomposição do capitalismo no mundo todo. A classe dominante, a burguesia, não tem interesse em desenvolver a Educação, de uma forma geral, e menos ainda a pública. Os recursos da Educação são desviados para o sustento do parasitismo financeiro e para o subsídio ao ensino privado, especialmente em sua modalidade de ensino remoto ou a distância, que se tornou no mais lucrativo atualmente. A defesa da Educação pública passa pela organização e centralização nacional das lutas de professores, trabalhadores e estudantes. Principalmente, que esse movimento seja assumido pela classe operária, de forma a ganhar a força necessária para derrotar os capitalistas e seus governos, e assim defender o ensino público e gratuito para todos, em todos os níveis.

# NÃO À COLABORAÇÃO DE CLASSES: INDEPENDÊNCIA DOS SINDICATOS FRENTE AO NOVO GOVERNO

*Oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin*

**As “mesas de negociação” permanente: governo quer as Centrais, as Federações e os sindicatos disciplinados na conciliação de classes**

Nem bem o ano e novo governo iniciou, e o governo federal já se reuniu com as Centrais Sindicais, e já se montaram “mesas de negociação permanente”.

No dia 18 de janeiro, Lula e seu Ministro do Trabalho, o pelego Luiz Marinho, convocaram 10 centrais sindicais para “conversar”. No dia 31 de janeiro, a direção da ECT realizou a primeira “mesa nacional de negociação permanente”.

Na reunião do dia 18, os sindicalistas das Centrais, sem qualquer mobilização ou discussão com as bases, entregaram a “pauta da classe trabalhadora”. Na verdade, um arremedo para “melhorar” algumas promessas do atual governo, a exemplo do aumento do salário-mínimo. A CTB, por exemplo, ao qual é filiada a FINDECT, defendeu que o salário-mínimo deveria ser reajustado para R\$ 1.343,00 em vez de R\$ 1.302,00. Ou a Força Sindical, que voltou a defender que o “financiamento dos sindicatos” deve ser revisto, já que a Reforma Trabalhista acabou com o imposto sindical em 2017. Ou o presidente da CUT, que rasgou elogios à recriação do Ministério do Trabalho, mas não apresentou uma única reivindicação.

Companheiros, vejam a que ponto chegam os burocratas sindicais, os dirigentes das Centrais! Não defendem sequer o salário-mínimo apresentado pelo DIEESE (que é um órgão sustentado pelos sindicatos e estima que o salário-mínimo deveria ser de R\$6.640, para atender uma família de 4 pessoas). Não defendem a redução da jornada de trabalho. Não defendem emprego a todos. Mas, em contrapartida, querem o fortalecimento do Ministério do Trabalho, que sempre atuou contra os trabalhadores, intervindo inclusive em sua liberdade e independência sindical, e querem aumentar o “financiamento sindical”, ou seja, querem continuar parasitando os sindicatos, sem organizar as lutas, as mobilizações, para que os trabalhadores compreendam a importância de seus sindicatos, e os sustentem e os fortaleçam.

Na reunião do dia 31, com as duas federações de trabalhadores dos Correios, FINDECT e FENECT, repetiram-se os mesmos elogios rasgados à negociação e ao diálogo. Mas que negociação pode surgir sem luta, sem mobilização das bases, sem pressão econômica sobre a direção da Empresa dos Correios e sobre o governo? Nenhuma. Prepara-se um maior período de colaboração de classe entre as direções dos ecetistas e a direção da ECT, sob a tutela do governo federal!

O retrato do servilismo e da falta de independência pode ser vista na direção da FINDECT (ligada a CTB, e dirigida pelo PCdoB). Em matéria de 02 de fevereiro, assim se coloca a direção sindical: “A retomada das negociações e o diálogo da empresa com os representantes dos trabalhadores através da MNNP já mostrou e comprovou que

traz resultados. A diretoria da FINDECT vai apostar nela, dedicar esforços e trabalho para que os problemas da categoria sejam todos resolvidos com rapidez, a partir do diálogo civilizado e respeitoso”.

O que “já [se] mostrou”? Que “diálogo civilizado e respeitoso” é este, em que não se apresentam as principais reivindicações da categoria? Na reunião, as direções não defenderam a elevação do piso da categoria, nem para atingir o salário do DIEESE. Não defenderam a estabilidade imediata dos terceirizados. Não apontaram a necessidade de criação de novas vagas, a partir de imediato concurso público. Não exigiram a revogação dos últimos dois Acordos Coletivos de Trabalho, do governo Bolsonaro, que retiraram dezenas de direitos sociais, e rebaixaram o salário de todos os ecetistas.

Os burocratas das Federações agem como serviçais do novo governo. Enganam os trabalhadores, com um otimismo que oculta a profunda crise econômica em que o mundo e o Brasil, em particular, está metido, e que terá consequências em relação aos empregos, aos salários e aos direitos.

O fato de o novo governo engavetar o PL 591/21, do governo Bolsonaro, que abriria as portas para a privatização direta da Empresa estatal, não modifica as razões pelas quais o anterior governo queria privatizar: a privatização é parte da sustentação do parasitismo da Dívida Pública. Nenhum governo burguês, nem o anterior, direitista, nem o atual, da “frente ampla”, modificará o parasitismo sobre o orçamento público. Há, inclusive, inúmeras formas de privatização: como as parcerias público-privadas, as concessões por décadas, ou o fatiamento da empresa, com a venda de ações na Bolsa (formas que os governos do PT, de Lula e Dilma, realizaram no passado).

Apenas a independência de classe, a oposição, por princípio, a um novo governo burguês, pode garantir uma Empresa 100% estatal, garantir os empregos, os salários e os direitos dos ecetistas. Independência de classe se realiza com mobilização. Negociação sem mobilização, negociação sem as reivindicações encarnadas pelos trabalhadores, é enrolação, é colaboração de classe!

A defesa dos Correios, de nossos empregos, e dos nossos salários só pode ser garantida pela mobilização sistemática, pelo controle da Estatal pelos que trabalham. Os ecetistas não devem acreditar nas “promessas” do novo governo, e sim garantir seus direitos por meio da luta, por meio de uma oposição revolucionária ao novo governo burguês.

## **Ministro Luiz Marinho quer mais exploração sobre os ecetistas**

Com a justificativa de que as empresas dos aplicativos móveis precisam se adequar à legislação trabalhista (já tão precarizada), o Ministro Luiz Marinho chegou a afir-



mar que, “se o UBER ou empresas parecidas não quisessem se adequar à regulamentação dos serviços, poderia “chamar os Correios, que é uma empresa de logística, e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes, no mercado”.

A fala, dirigida ao “mercado”, tem o objetivo de pressionar os aplicativos móveis a garantirem o mínimo de direitos aos seus trabalhadores, que sofrem com a mais brutal precarização do trabalho. Vimos, inclusive, no Brasil e em outros países, manifestações e protestos, ao longo dos últimos anos, de trabalhadores destes aplicativos. A “uberização” do trabalho tornou-se sinônimo de precarização, de informalidade, e é produto, sem dúvida, do desemprego estrutural que o capitalismo tem alimentado mais e mais, com suas crises.

Nenhum tipo de trabalho “a mais” para os Correios ou para os ecetistas deveria ser comemorado pelas direções sindicais. Os Correios sofrem com uma falta crônica de trabalhadores. O número de funcionários, em torno de 100 mil, na última década, não é mais suficiente para atender ao crescente trabalho, às entregas de mercadorias. A empresa teve lucros recordes nos últimos três anos, em função de um crescimento exponencial do trabalho, com o mesmo número de ecetistas.

A exigência de estabilidade, sem necessidade de concurso público para os trabalhadores terceirizados; e criação de novas vagas, por meio de concursos, deveria ser uma das pautas fundamentais dos sindicatos ecetistas. Mas, em vez disso, o que defendem as direções: “Acompanhar as mudanças provocadas pelo avanço das tecnologias, se atualizar, gerar produtos nas novas áreas e plataformas, e servir ao país e aos brasileiros, são necessidades para que essa parte decisiva da economia nacional não fique nas mãos de abutres estrangeiros, que só querem lucros sobre a precarização do trabalho e a destruição da legislação trabalhista, como o Uber, iFood, Amazon, Mercado Livre e outras, inclusive algumas nacionais. Entrar na era do capitalismo de plataforma, do marketing place e das entregas por aplicativo é tão necessário quanto realizar concurso público, contratar trabalhadores, e adequar a mão-de-obra à real necessidade e ao tamanho da empresa. (...)” (07/02, site da FINDECT)

São realmente “representantes” dos trabalhadores, dos ecetistas, ou são acionistas de empresas capitalistas? Não sabemos. O fato é que reproduzem os interesses de setores do capital no interior do movimento sindical. Nenhuma mudança na Empresa dos Correios pode ser implementada sem que se garanta aumento dos trabalhadores efetivos: aumento dos salários; garantia de reajuste salarial contínuo (escala móvel de reajuste); controle da empresa pelos que trabalham.

Não se resolverá o problema da precarização do trabalho explorando ainda mais os ecetistas. Para isso, os sindicatos, as Federações e as Centrais devem defender: redução da jornada de trabalho combinada à Escala Móvel das Horas de Trabalho (isto é, divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salários), eliminando assim o desemprego e produzindo, aí sim, uma melhoria geral nas condições de vida e de trabalho.

## ***Guerra na Ucrânia: capitalismo em decomposição e ataque às conquistas revolucionárias do proletariado***

O noticiário trata a Guerra na Ucrânia como se fosse só mais um conflito armado no mundo capitalista. Sabemos, de fato, que não há capitalismo sem guerra. Esta é toda a história do século XX, e desde o início do XXI. No entanto, esta Guerra tem uma particular importância, porque se refere a uma ação de várias frações do imperialismo sobre uma região que, no passado, realizou a Revolução Proletária. O Leste Europeu e a Rússia conheceram as conquistas revolucionárias do proletariado. Na Rússia, em particular, vimos a instauração do primeiro Estado Operário e a nacionalização de terras e a criação de uma poderosa economia estatal.

Infelizmente, a revolução proletária foi degenerada pelo estalinismo, que, ao longo de décadas, buscou restaurar o capitalismo, trazendo de voltas as suas mazelas. Entre elas, está a opressão nacional sobre outras regiões e países. A Rússia, que ainda é um Estado Operário degenerado, porque apoiado sobre a grande propriedade estatal/nacionalizada, iniciou a Guerra contra a Ucrânia em fevereiro de 2022, para se proteger da OTAN, que é o braço armado do imperialismo norte-americano e europeu. Passou por cima da autodeterminação da maior parte do povo ucraniano (há, no Leste, populações russas ou pró-russas também), e começou uma Guerra com um país com nenhum potencial armamentista.

A Guerra, no entanto, já se teria encerrado, se o governo de Zelensky, pró-imperialista, não tivesse se armado “até os dentes” com as armas que vêm do imperialismo. A Ucrânia foi transformada, ao longo deste um ano, em um enclave armamentista do imperialismo para destruir o Estado Russo, e destruir as forças produtivas deste país que realizou a Revolução Proletária. É uma necessidade do capitalismo em decomposição destruir o que resta dos Estados Operários, destruir suas economias, para ter mais um fôlego de sobrevivência.

A Rússia, para se defender do imperialismo, realizou a anexação de regiões do leste ucraniano. A anexação é parte da defesa da Rússia contra a ação do imperialismo. Por isso, para defendermos as conquistas da revolução (nacionalização dos ramos fundamentais da economia), estamos ao lado da Rússia contra a OTAN, inclusive apoiando as anexações, como parte da defesa do Estado Operário, ainda que degenerado pela burocracia de Putin e por seus métodos autoritários, contra o imperialismo, sobretudo, norte-americano. Esta é a política proletária para fazer frente à ação do imperialismo, e barrar suas pretensões bélicas de avançar, em seguida, contra a China, a partir do conflito com Taiwan.

***Fim imediato das sanções econômicas contra a Rússia! Pela derrota militar da OTAN! Abaixo o governo pró-imperialista de Zelensky, por meio do levante das massas ucranianas! Defesa da Revolução Social para libertar as massas ucranianas e do Leste europeu! Pela Revolução Política na Rússia: varrer com a burocracia restauracionista de Putin, para devolver o Estado Operário às mãos do proletariado russo!***



AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SÃO PAULO:

## A terceirização é usada para aumentar a exploração do trabalho e os ganhos capitalistas

*Todos aqueles que já provaram pela sua prática que são aptos ao trabalho, devem ser incorporados ao quadro de funcionários. No caso dos trabalhadores de limpeza ou de merenda das escolas, devem ser incorporados ao quadro de funcionários públicos, sem a necessidade de concurso público.*

A Lei da Terceirização, de 2017, foi um duro golpe ao conjunto dos trabalhadores, aprofundando as relações de trabalho já precárias que ocorriam em segmentos por todo o país. Atualmente, empresas terceirizadas avançam em todos os setores de trabalho. No serviço público, governos se valem do discurso de cortes de gastos, para avançar na implementação dessa modalidade, que se apresenta recorrentemente na forma de contratos irregulares, em que empresas fraudulentas assumem os serviços, como os de limpeza e os do preparo de merenda nas escolas. A consequência é instauração de um verdadeiro caos.

Na diretoria de ensino de Mauá, os serviços terceirizados em escola pública se tornou em pesadelos para quem precisa trabalhar. Em 2021, depois de suportarem atrasos nos vales transporte, refeição ou alimentação e no salário, a empresa Destak enviou aviso aos funcionários, comunicando que todos estavam demitidos, e que deveriam procurar a justiça para terem seus direitos pagos. A diretoria de ensino providenciou a contratação de uma empresa em caráter emergencial, por um ano. Em novembro de 2022, ocorreu pregão virtual na Secretaria de Educação, e a empresa Dinamic assumiu por 30 meses a prestação de serviços na maioria das escolas que abrangem a diretoria. Essa empresa, ao iniciar os serviços, já apresentou irregularidades, tais

como: não se ter apresentado aos funcionários no local de trabalho, não houve regularização do contrato de trabalho, não houve abastecimento de insumos nas escolas, não houve a entrega de uniformes de trabalho, e a maioria dos funcionários não recebeu vale transporte para ir trabalhar. Os funcionários ainda não receberam os salários em dezembro.

Militantes da oposição (LOI, TLS, CSM-G.Lora e independentes) – que já vinham atuando na organização dos trabalhadores terceirizados para receberem os direitos da rescisão da empresa Destak – assumiram a reivindicação deles, de cobrar o cancelamento do contrato da diretoria de ensino com a nova empresa (Dinamic), pois, a maioria dos terceirizados estavam sem salário, sem vale transporte e outros direitos trabalhistas pendentes. Esses terceirizados iniciaram o ano com paralisação e ato em frente à diretoria de ensino, exigindo o cumprimento de seus direitos. A maioria deles nem mesmo tinha condições de ir trabalhar.

A direção do sindicato Siemaco (sindicato dos trabalhadores terceirizados) compareceu somente porque fizemos cobrança de representatividade. No dia 18 de janeiro, os funcionários, com muita certeza do que queriam, da rescisão contratual da diretoria de ensino com a empresa Dinamic, que já havia recebido três notificações de irregularidades, compareceram novamente em frente à diretoria de ensino, dessa vez, representados pela direção do sindicato Siemaco e militantes da Apeoesp. O protesto permaneceu por 8 horas, e forçou o comparecimento da imprensa, denunciando as falhas de contrato que o Estado realiza para os serviços de limpeza nas escolas estaduais, o que contribuiu para a ruptura do contrato.

O problema com as empresas terceirizadas não é exclusivo da cida-

de de Mauá. Na Zona Sul e Leste da cidade de São Paulo, por exemplo, a empresa Top Quality demitiu 72 merendeiras. Nas cidades de: Arujá, Santa Isabel e Guararema, pediram apoio ao sindicato do Siemaco Guarulhos, por não terem recebido o pagamento de salário, vale transporte e alimentação da empresa Dinamic. Esta é a situação de milhares de trabalhadores, reféns de empresas terceirizadas, que impõem péssimas condições de trabalho e salário. A terceirização desobriga o Estado de responsabilidades trabalhistas, que, então, estariam atribuídas integralmente às empresas prestadoras de serviço. Essas, por sua vez, se valem das coberturas legais, como decreto de falência, ou da morosidade permissiva da Justiça, em casos de denúncia e processos de irregularidades, para continuar a não pagar os salários e direitos. A terceirização é a forma que a burguesia encontrou para aumentar seus lucros, com base em salários miseráveis, e no confisco criminoso desses salários e direitos.

Os trabalhadores, terceirizados ou não, devem se unir e lutar para pôr fim a essa precarização. Todos aqueles que já provaram pela sua prática que são aptos ao trabalho, devem ser incorporados ao quadro de funcionários. No caso dos trabalhadores de limpeza ou de merenda das escolas, devem ser incorporados ao quadro de funcionários públicos, sem a necessidade de concurso público. Em escala nacional, é necessário que as direções sindicais organizem um movimento para pôr abaixo a Lei da Terceirização, assim como a reforma trabalhista e a da Previdência. A passividade das direções sindicais diante de atrocidades, como as relatadas acima, permite que se imponham condições de trabalho profundamente aviltantes, possíveis de serem revertidas apenas por meio de mobilização massiva.

## Burocracia da Apeoesp contribui com o novo governo do estado, e arrasta a maior parte das oposições

Durante o governo Dória/Rossiele, os ataques aos trabalhadores da educação e aos demais quadros do funcionalismo público foram gigantescos. Foram impostas a reforma da Previdência, em 2019; a ampliação das PEIs, em 2020/21, a toque de caixa, durante a Pandemia; a Reforma Administrativa, em 2021; a falsa “nova carreira”, a partir da lei 1374, a qual retirou conquistas históricas, como quinquênios, sexta-parte, substituição do salário por subsídio, fim das faltas abonadas, redução das faltas médicas, fim da falta-aula, além de, praticamente, retirar o direito de greve, quando prevê abertura de processo de demissão, a partir de 16 faltas. Em sua despedida, Rossiele ainda deixou a Resolução de atribuição de aulas para 2023, que praticamente acabou com os critérios de uma atribuição minimamente justa e transparente, quando impôs a escolha jornada acima da pontuação por tempo de serviço, além de uma atribuição online, para a maioria dos casos.

No caso particular de Resolução de atribuição, o seu objetivo foi o de enquadrar o magistério na nova na Reforma Administrativa, e, na nova carreira, que na prática é a aplicação da Reforma Trabalhista de Temer sobre algumas conquistas históricas do funcionalismo público, que agora são eliminadas. Nesse sentido, é importante apontar que o processo de atribuição não respeitou a classificação dos professores da chamada categoria O, e dificultou o acúmulo de uma parcela dos professores. O governo já aplicou, para todo o magistério, o que já faz nas escolas de tempo integral, as PEIs, com suas avaliações periódicas, em que dão ao diretor o completo controle para atribuir as aulas, arbitrariamente. Além do poder de demitir o professor da escola, seja contratado ou efetivo, com a diferença de que o efetivo é alocado em outra unidade regular. Com essa atribuição online, sem qualquer transparência, as diretorias, junto das escolas, não respeitaram qualquer critério, atribuindo aulas aleatoriamente. Se isso não for enfrentado, fará com o magistério paulista caia no antigo clientelismo do final do século XIX, da chamada Primeira República, quando os cargos eram ocupados a partir da indicação do governo, controlado pelos antigos “coronéis”.

Como podemos ver, os ataques impuseram um grande retrocesso em conquistas antigas do magistério. Essas conquistas foram alcançadas com os métodos oriundos do proletariado, isto é, as greves, as passeatas, as ocupações, os bloqueios de avenidas e de rodovias. Sem estes métodos, próprios do proletariado e utilizados pelo funcionalismo, teremos mais e mais derrotas.

A burocracia, que está a frente do sindicato há mais de 30 anos, foi guiada pela política eleitoreira do PT/CUT, reduzindo a utilização das lutas pelos explorados, afastando as bases das decisões, e fazendo acordos com os governos e patrões no campo da destruição de direitos, traindo abertamente os interesses dos assalariados do funcionalismo. Todos os ataques citados acima só foram possíveis porque, durante a pandemia, o sindicato fechou

suas portas, e se refugiou no mundo virtual, impondo ao movimento sua política, de pressão jurídico-parlamentar. Essa política serve como forma de conter e controlar as lutas, deixando o caminho aberto para Dória e Rossiele avançarem na destruição dos serviços públicos.

Este ano, de 2023, a colaboração foi ainda mais gritante, quando Maria Izabel, presidente da Apeoesp e eleita deputada estadual, votou no reajuste de 50% do salário do novo governador e do seu próprio, enquanto parlamentar. Ao que tudo indica, apoiará a indicação do governo para a presidência da Alesp. E o fará por migalhas, como poder indicar alguns nomes para algumas comissões, ou fazer parte da mesa diretora, por exemplo.

Como podemos ver, a política parlamentar serve apenas para os acordos com os governos, passando longe das reais necessidades dos explorados. Essa prática é reforçada pela aliança entre o PT e o PL, que já ocorre em 15 estados do Brasil.

### ***A assimilação da política colaboracionista e burocrática pela maioria das correntes de oposição***

Até aqui, mostramos a política das burocracias em geral e da burocracia que controla a APEOESP, dirigida pela corrente Articulação Sindical/CUT, com o apoio direto da CTB. Resta mostrar como as demais correntes de esquerda, que se proclamam como “oposição”, foram também se burocratizando, assumindo os mesmos métodos e política da burocracia cutista.

Durante a Pandemia, todas as correntes dirigentes da APEOESP fecharam as subsedes, mesmo as subsedes da “oposição”, que acabaram por fazer coro com a burocracia, seguindo a política burguesa do isolamento social, com a política do “fique em casa”. Assim como a burocracia petista, as oposições não se opuseram lutar contra o mentiroso ensino remoto, que acabou se consolidando na grade curricular, como parte da expansão do “Novo Ensino Médio”.

Essa burocracia de esquerda, chegou ao ponto de se colocar contra a volta das aulas presenciais, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Não se opuseram, no entanto, às assembleias virtuais, que não passavam de ações inócuas, assim como a falaciosa “greve sanitária” que defenderam e votaram mas que, sequer cumpriram. Negaram-se, junto à burocracia, a chamar uma assembleia presencial com os professores, funcionários, pais e alunos, para debater os problemas ligados ao retorno das aulas ou das condições de ensino, produzidos pela pandemia. Como já dissemos, a nova burocracia de esquerda fez “escola” com a corrente Articulação/PT. O apoio das esquerdas à eleição de Lula e à Frente Ampla só fez aprofundar essa política e prática.

A situação se tornou tão absurda que o chamado “Fórum das 6”, que reúne o grosso das oposições, cogita, em conversa já bem adiantada, fechar um “chapão” com a burocracia da Articulação Sindical e com a CTB, para as eleições da direção do sindicato. Essa nova burocracia de

esquerda tem inclusive tensionado setores da chamada “Oposição Combativa” para que também se enfileirarem atrás deste “chapão” dos burocratas.

A aproximação com a política da Articulação/PT é tão grande que, desde o ano passado, um dos líderes da oposição, ligado ao PSOL, tem defendido assembleias aos sábados, como foi feito no último Conselho de Representantes. Se o governo, com suas tendências fascizantes, como no caso de Dória, e agora Tarcísio, avança sobre as liberdades sindicais, qual deve ser o papel consequente do sindicato, sobretudo das correntes de oposição? Com certeza não é e não pode ser o de se adaptar à perseguição e repressão governamentais, aceitando o estreitamento da luta sindical. Ao contrário, deve enfrentar a ação repressiva governamental, deve mostrar para o conjunto da categoria, com todas as dificuldades, que não se pode deixar de lado a autonomia sindical, nesse caso, a liber-

dade sindical, que só existe na prática em oposição aos ditames dos governos e dos capitalistas.

**A tarefa da vanguarda combativa que existe no interior da APEOESP é lutar pela mais irrestrita independência sindical e pela defesa dos métodos e das reivindicações imediatas e históricas da categoria e do proletariado. A Corrente Sindical Marxista – G. Lora luta por forjar uma fração revolucionária no seio dos professores para resgatar os sindicatos como organismos de Frente única, em Oposição aos governos Lula/Alckmin, e Tarcísio/Feder. Esta luta deve ser incorporada por toda a vanguarda classista que não deve cair no mesmo pantano da antiga burocracia, já apodrecida, e da burocracia de esquerda, que, em cada novo momento da luta de classes, se afunda mais no abandono da democracia sindical, e dos métodos históricos da ação direta para se opor aos governos e aos capitalistas.**

## ***Colaboração de classes se intensificam com novos governos burgueses eleitos***

### ***Um histórico recente***

Já não é de hoje que as burocracias sindicais têm aprofundado sua política de conciliação de classes, contribuindo abertamente com os governos, sejam mais à esquerda como os governos Lula e Dilma, ou mais à direita, com Bolsonaro. O que muda é somente a forma dessa conciliação. Agora, com Lula, que terá de seguir as diretrizes do capital financeiro, e terá de continuar trilhando o caminho de Bolsonaro, com as contrarreformas. **Cabe à vanguarda orientar os explorados a buscarem a independência de classe diante da burguesia e de seus partidos, e enfrentar a postura traidora das direções.**

Em 2015, por exemplo, na crescente crise do governo Dilma Rousseff, saiu dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC a falaciosa Proposta do PPE, “Programa de Proteção ao Emprego”. A MP, proposta pelo governo Dilma, com indicação do próprio sindicato na época, foi uma cortina de fumaça para não se travar a luta em defesa dos empregos, num momento em que a crise começava a jogar na rua milhares de trabalhadores. Foi nesse mesmo ano que o governo Dilma, por meio de seu ministro Joaquim Levi, indicado pelos banqueiros, impôs as medidas 664 e 665, que atacavam abertamente os explorados, e já descarregavam a crise econômica.

Quando o governo golpista de Temer impôs a Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino Médio, a ampliação das terceirizações, junto das privatizações e do aumento do desemprego, as burocracias fizeram de tudo para controlar e isolar a insatisfação das massas, que se ergueram nas greves gerais de 2017, para lutar contra tais medidas. As burocracias agiram fortemente para enterrar as greves, isolar as lutas, e deixar o caminho aberto para a burguesia brasileira e o imperialismo agirem. Passaram a defender a bandeira de “Diretas Já”, não compreendendo que o impeachment ou os golpes militares são parte da estratégia da burguesia para impor suas necessidades, de garantir as

taxas de lucro, diante de crises políticas e econômicas recorrentes.

Quando Bolsonaro foi eleito, a “Frente Povo Sem Medo” lançou o slogan midiático de “ninguém larga a mão de ninguém”. Apenas encenação ideológica diante da derrota eleitoral das esquerdas, pois, no campo prático, esta Frente agiu com a política de conciliação de classes. Bolsonaro conseguiu impor a Reforma da Previdência, num cenário de retrocesso das lutas. No primeiro ano do governo direitista, ocorreu um Congresso Nacional da CUT, em Praia Grande, no litoral de São Paulo. Em uma das salas, uma liderança da burocracia cutista de São Paulo afirmou que “não havia como conter a destruição dos postos de trabalhos com a indústria 4.0”. Esse tipo de fala legitimava o período anterior, de Reforma trabalhista e ampliação da terceirização, ao mesmo tempo, que revelava o grau de apodrecimento da Central, que se ergueu no período pós ditadura, com as greves por reajuste salarial, com as bandeiras de redução das jornadas sem redução salarial, com a organização dos comitês de lutas para enfrentar a Ditadura, já em declínio. Diante dos ataques mais gerais da destruição das forças produtivas, o papel de uma Central sindical é de, no mínimo, defender a força de trabalho, a partir dos métodos das lutas e não justificar a demissão, a destruição de empregos e a “inevitabilidade” da situação de ataques dos governos e dos capitalistas.

Em plena pandemia, assimilando a política burguesa do “fique em casa”, com a MP 936 de Bolsonaro, a esmagadora maioria das burocracias sindicais fez de tudo para frear as lutas que emergiram diante dos fechamentos das fábricas, como o da Ford, ou o da LG. Em alguns casos, as burocracias usaram as assembleias virtuais, em aberta colaboração com o patronato, para impor o trabalho *home office* ou *layoff*, com redução salarial. Em uma das assembleias de Taubaté, por exemplo, contra o fechamento da FORD, os burocratas culpabilizaram os metalúrgicos, alegando que



estehavam votado em Bolsonaro. O que dirão agora, com as demissões e os fechamentos que, inevitavelmente, continuarão no governo Lula, que não poderá resolver, num passe de mágica, a crise estrutural do capitalismo, que se manifesta no processo de desindustrialização do país?

Outros sindicatos, dirigidos pela Conlutas/PSTU, se lançaram no mesmo lamaçal da colaboração e na traição da classe operária, ainda que guardem diferenças com as demais burocracias. Acompanhamos parte desse processo, na assembleia dos Metalúrgicos da GM de São José dos Campos, quando os dirigentes da Conlutas aprovaram a proposta da empresa, com o argumento de que “seria o acordo possível”: a redução do piso salarial dos metalúrgicos, e a aceitação do banco de horas. Em outra ocasião, quando Bolsonaro tentou entregar a Embraer à Boeing de mão beijada, as lideranças do PSTU organizaram um ato, no qual a palavra de ordem era “Veta Bolsonaro”. Essa palavra de ordem mostrava que aqueles que se diziam à esquerda da CUT e da Força sindical haviam assimilado sua mesma política de não organizar a ação direta, e tentar costurar acordos rebaixados com os governos e o patronato. Na mesma época, a Embraer impôs mais de 900 demissões, que foram aceitas pelo sindicato, sem chamar uma assembleia com todos os turnos para defender os empregos a todos.

Esse breve e sintético histórico é importante para mostrarmos que a política sindical da CUT foi sendo assumida pelas correntes que se diziam à esquerda. **O PT, com sua política reformista, de colaboração de classes, funcionou e funciona como um campo**

**gravitacional que atrai as ditas “esquerdas” que, aos poucos, também abandonaram a independência de classe, colaborando cada vez mais com os governos e os patrões. Foram seguindo cada vez mais a política de pressão jurídico/parlamentar, em substituição aos métodos da ação direta.** Nesse sentido, a pandemia e a eleição de Lula atuaram para que a burguesia disciplinasse as correntes e as ligasse diretamente ao PT, apodrecido na conciliação de classes, e oligarquizado como os demais partidos burgueses. A posição do PSTU, do PSOL, do PCO, etc., em defender Lula na Frente Ampla, se unindo com partidos da direita, como PSDB, PSD, MDB e União Brasil, é a consolidação desse processo.

Essa política é encoberta sob a afirmação das esquerdas de que o governo Bolsonaro seria um governo “fascista”. O governo Bolsonaro é burguês de extrema direita, com tendências fascistas. Se, de fato, o governo Bolsonaro fosse fascista, o combate não poderia ser apenas por meio das eleições burguesas, conforme pregaram as esquerdas durante todo esse governo. Mas a partir dos métodos de ação direta. Ao contrário, a resposta foi sempre a mesma em todas as situações, para a pandemia, para o fechamento de fábricas, para o desemprego, a fome a misérias crescentes: “derrotar Bolsonaro nas urnas”. Na Apeoesp, dirigida por cutistas, mas com ampla participação das esquerdas, não foi diferente, o governo Doria/Rossiele aprofundou os ataques, e a burocracia, com a conivência da maioria das oposições, caiu na inércia, impondo sua política de pressão jurídico/parlamentar, em oposição aos métodos da ação direta.

## ***Direção do SINPEEM inicia o ano letivo com golpe na categoria***

A diretoria do SINPEEM iniciou o ano com uma reunião do Conselho Geral e não de representantes de escola, como nos anos anteriores, pois, tinha o interesse de realizar eleição da Comissão eleitoral, e definir data da eleição para Diretoria do sindicato (gestão 2023 a 2026). Para isso, se utilizou da dispensa de ponto de uma reunião do Conselho Geral, que se transformaria em uma assembleia de conselheiros. O chamado para a assembleia ocorreu com apenas três dias de antecedência, foi convocada para acontecer 30 minutos após o horário da reunião do Conselho Geral, e a convocação só foi encaminhada para os conselheiros, o que se configura em um claro ato golpista da direção, encabeçada pelo caudilho Claudio Fonseca/Cidadania.

Esse não é um golpe novo, já foi imposto pela direção em outras eleições do sindicato, o diferencial é que,

neste ano, ocorre justamente no início do ano letivo, após um período marcado pela ausência total do SINPEEM, com fechamento das instâncias deliberativas da entidade, e de um último processo eleitoral que ocorreu em 2020, quando as escolas estavam fechadas por conta da Pandemia. Diante deste contexto, o ato golpista comumente realizado precisa ser compreendido como um duro golpe a democracia sindical, colocando os problemas da categoria em segundo plano; dizemos isso, pois, a reunião do conselho, transformada em assembleia, cumpriu apenas o papel de eleger a comissão eleitoral e, portanto, formalizar o início do processo eleitoral para diretoria.

O conjunto das correntes de oposição que atuam no SINPEEM denunciaram o golpe antes e durante a assembleia, no entanto, não conseguiu reverter o quadro, já que a maioria

dos conselheiros está ligada à Corrente Compromisso e Luta/Claudio Fonseca, e referendaram o golpe por meio de votação.

Durante a assembleia, as diversas intervenções dos setores de oposição se concentraram na defesa da convocação de uma assembleia de fato, para organizar a luta da categoria contra os ataques dos governos, bem como em torno da campanha salarial 2023. A Corrente Sindical Marxista – Guilherme Lora interveio denunciando o golpe instituído com a pseudo assembleia, fez uma breve análise da conjuntura nacional, caracterizando o governo Lula/PT como um governo burguês de frente ampla, que assumiu o papel de conter as lutas das massas para garantir a governabilidade da burguesia e, por fim, defendeu a necessidade de uma ampla convocação da categoria para uma assembleia que de fato organize



a luta contra os ataques dos governos, e se arme para defender o emprego, o salário e os direitos.

A burocracia sindical simplesmente ignorou todas as propostas, utilizando-se de um trunfo conquistado no congresso em Outubro/2022, quando a maioria das correntes que compõe a Unidade da Oposição (correntes do PSOL e PSTU) apresentaram um plano de lutas acordado com a burocracia, em reunião por fora da plenária do congresso. Toda e qualquer reivindicação defendida pelas correntes de oposição após o congresso é facilmente rejeitada, com o argumento de que foi construído um plano de lutas com a representação da imensa maioria das forças que atuam no sindicato.

A reunião do conselho e pseudo

assembleia terminou com 3 encaminhamentos: a) Comissão eleitoral formada por 3 representantes da burocracia e 2 da oposição, sendo essa comissão responsável por decidir sobre todo o processo de eleição para a diretoria; b) participação no dia nacional de lutas convocado pela CNTE, no dia 22/03, apenas com participação no ato conjunto, sem assembleia; 3) Eleição de delegados para conferência nacional da CNTE, com imposição pela burocracia de 24 nomes da situação e 21 da oposição.

Faz-se necessário esclarecer que, no último encaminhamento de eleição dos delegados do SINPEEM para participar da Conferência nacional da CNTE, a burocracia não permitiu nenhuma intervenção da oposição, simplesmente impôs qual seria o

número de delegados que teriam, quantos ficariam para as correntes de oposição dividirem entre as forças, e que precisaria dos nomes até a próxima semana. A ausência de debate neste momento é mais uma manifestação da ausência de democracia no interior do sindicato, pois, a eleição de delegados precisa corresponder à influência nas bases das forças que atuam no sindicato, e não ser uma concessão da burocracia sindical. Neste sentido, a Corrente Sindical Marxista – Guilherme Lora não aceitou participar da divisão burocrática de delegados imposta pela direção e aceita pela oposição, pois, aceitar a uma vaga de delegado nessas condições significa referendar a decisão arbitrária e aparelhista da burocracia sindical.

***Pela real independência política do ANDES-SN: nenhuma ilusão nas mesas de negociação, nenhum apoio ao governo Lula/Alckmin, organizar a categoria, mobilizar e preparar a luta***

## **As “mesas de negociação” permanente: governo quer as Centrais, as Federações e os Sindicatos disciplinados na conciliação de classes**

Assim como agiu com as Centrais sindicais, e com categorias específicas de empresas estatais, como os Correios, o governo federal instalou a mesa de negociação com os servidores públicos federais em 07 de fevereiro. O que poderia ser positivo, se resultasse de uma luta das categorias do funcionalismo, é apenas disciplinamento dos sindicatos. O percentual proposto de 7,8%, mais 200 reais de vale-alimentação, já estava previsto desde dezembro, quando se aprovou a “PEC da Transição”. Não resulta, assim, nem a negociação, nem o percentual, de qualquer debate ou de uma necessidade imposta pelos trabalhadores do serviço público federal. A participação do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), na mesa de negociação, é puramente formal.

Assim como é formal também a Campanha iniciada em 31 de janeiro, com um “Twuitaço”, pela manhã, e um “ato virtual”, no período da tarde, convocados como “Dia Nacional de Mobilização” pelo reajuste salarial. O ANDES-SN também divulgou uma “live” no dia 16/02, às 18h, como parte da Campanha unificada, sob iniciativa do FONASEFE. No mesmo dia, pela manhã, ocorreu a primeira rodada da “Mesa Permanente de Negociação”, em que o governo reafirmou sua proposta, já prevista, como dissemos, na LOA do ano anterior. As propostas da categoria docente seriam discutidas em “mesas setoriais”, isto é, sem perspectiva imediata.

As últimas Circulares do ANDES-SN sequer convocam as seções sindicais para realizarem urgentemente assembleias, para debater as propostas em pauta: a recomposição salarial emergencial de 26,94% e o reajuste de benefícios. A última Circular, nº 38, de 17/02, apenas convoca para um “ato de mobilização” em frente ao Ministério da

Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na Esplanada dos Ministérios. Pede que as seções sindicais que “tenham disponibilidade de enviar representantes à Brasília (DF) se mobilizem para participar do ato”, ou seja, é mais um “ato por representação” e não uma mobilização, de fato, dos docentes ou de todas as categorias do funcionalismo federal. As “rodadas de assembleias”, que sempre foram uma prática democrática e mobilizadora, saíram do horizonte da atual diretoria do ANDES-SN.

Sem assembleias, de docentes e de outras categorias do funcionalismo, sem mobilização de rua, sem mobilizações massivas em Brasília e nas capitais, sabemos o que sairá das “mesas de negociação”: a reafirmação dos índices e das propostas do governo.

Obviamente, ninguém se opõe a reajustes salariais. Não se trata disso. Sabemos, inclusive, que período de arrocho salarial, como o funcionalismo têm vivido nos últimos anos, se alterna com outros, de reajuste limitado, que não recompõe as perdas inflacionárias. Isso é parte da política de governos e dos capitalistas. O próprio reajuste para R\$ 1,302,00 do salário-mínimo é parte da política mais geral de manter a média salarial rebaixada, depois de anos de rebaixamento do valor da força de trabalho. A hipocrisia das Centrais sindicais, que reivindicaram um salário-mínimo “maior”, mas que não fizeram nenhum esforço, nenhuma mobilização, para tornar esta reivindicação concreta, mas participaram, com muitos elogios, da reinstalação da mesa de negociação em 18 de janeiro, é parte do jogo de cena da colaboração de classes.

As direções do ANDES-SN, assim como de outras entidades do funcionalismo, porque apoiaram aberta e firmemente a eleição do governo de Lula/Alckmin, não podem agora realizar uma oposição à sua política de manutenção do arrocho e do rebaixamento salarial. A independên-

cia de classe foi rompida, quando as direções sindicais tomaram, em campanha aberta, este governo como o “seu” governo, como uma “vitória da classe trabalhadora”, quando ele é mais um governo burguês, que manterá a política de endividamento do Estado e pagamento da Dívida Pública, que parasita o orçamento público, e impede, entre outras coisas, de reajustar os salários do funcionalismo de acordo com as perdas inflacionárias.

É preciso urgentemente modificar esta política das direções sindicais, romper com a conciliação, e erguer uma verdadeira Campanha Salarial do funcionalismo público. No caso do ANDES-SN, é preciso que sejam convocadas amplamente as assembleias de base e as assembleias gerais universitárias, para organizar a frente de estudantes, professores e técnicos. Para isso, é necessário levantar, no interior da Campanha, as reivindicações que unificam todos, a exemplo da luta por mais verbas para Educação, Ciência e tecnologia, além de recursos para permanência estudantil, e a luta contra a expansão do EaD e dos recursos para o ensino privado, por meio do PROUNI e do FIES. Uma verdadeira Campanha pode conquistar, na prática, a independência política das entidades sindicais, e garantir vitórias para os trabalhadores e para a Educação pública.

### ***Saída da CSP-Conlutas: a direção do ANDES-SN enfraquece o movimento sindical com nova divisão***

O 41º Congresso do ANDES-SN, realizado entre 06 a 10 de fevereiro de 2023, aprovou a desfiliação de nosso sindicato da CSP-Conlutas. Reafirmou a posição do último CONAD extraordinário, ocorrido no final de 2022. A posição refletiu a convergência da posição da atual direção (PSOL, PCB e independentes) com a oposição petista do “Renova-ANDES”, que já defendia esta desfiliação há anos, e o retorno à CUT.

Esta convergência é fruto da eleição do governo Lula/Alckmin, que reuniu praticamente toda a esquerda brasileira. Apesar de a CSP-Conlutas não ter desenvolvido uma política totalmente oposta à da CUT e de outras Centrais, nos últimos anos, desde a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017, passando pela Reforma da Pre-

vidência, em 2019, e pelos anos de rebaixamento salarial e destruição de direitos e fechamento de fábricas, entre 2020 a 2022, ela não é controlada pelas correntes dirigentes, que são a base de sustentação do novo governo.

Sabemos que própria formação da CSP-Conlutas resultou de um processo de divisão do movimento sindical, ainda nos anos 2000, que enfraqueceu o conjunto dos trabalhadores e do funcionalismo, em particular, que foi a base de sustentação financeira da nova Central. Não resultou de uma ruptura da classe operária e dos demais trabalhadores contra a burocracia petista que estatizava a CUT durante os governos de Lula e Dilma. Foi uma divisão oportunista, em função da Reforma Sindical, efetuada pelo primeiro governo Lula.

Agora, a saída da CSP-Conlutas é ainda pior: ficamos sem uma Central para centralizar as organizações sindicais dispostas a lutar de forma unificada e poder disputar a política. Nas atividades nacionais, nos problemas gerais, o ANDES-SN, assim como já acontece com o SINASEFE, será arrastado pelas políticas das Centrais existentes. Terá de se perfilar por detrás da CUT e da CSP-Conlutas, mas sem disputar a sua política internamente.

A tarefa dos trabalhadores da Educação, do funcionalismo, dos trabalhadores em geral e da classe operária, em particular, é a mesma do passado: unificar o movimento sindical em uma Única Central, derrubando a burocracia sindical pelega e conciliadora, e sob a democracia operária, conquistando a independência de classe e a unificação das lutas. A centralização dos trabalhadores é uma necessidade objetiva para fazer frente aos governos e aos capitalistas, que, nas últimas décadas, impuseram as contrarreformas, que destruíram direitos, rebaixaram os salários, levaram ao fechamento de fábricas, e ao aumento do desemprego estrutural. Esta é a tarefa central que a vanguarda consciente precisa erguer em cada sindicato, que se contrapõe a mais divisão e fragmentação do movimento sindical brasileiro. Pela derrota militar da OTAN!

*Contribuiu com a Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora: e-mail : correntesindicalmarxistagloria@proton.me*

### **USP- AMORCRUSP**

## **Organizar o movimento estudantil em defesa da moradia e contra o oportunismo de suas direções**

Desde meados de janeiro, tem circulado dentro do movimento estudantil a notícia de que a reitoria está promovendo o despejo de muitas dezenas, até, talvez, centenas de moradores do CRUSP, sendo que a maior parte é formada por ex-alunos, além de uma parcela de alunos matriculados, mas que não foram formalmente contemplados com vaga na moradia por parte da assistência social da USP, a SAS.

Assim, sem qualquer divulgação pública por parte da universidade, diversos moradores têm relatado o recebimento de ordens de evacuação de seus apartamentos. Esse episódio não podem ser visto de forma desvinculada da recente iniciativa da reitoria, por meio da XXXXX (PRIP), e com o consentimento da direção eleita da Amorcrusp (as-

sociação de moradores), a “AvanteCrup” (dirigida política pelo PT), de instalar um controle de acesso aos blocos de moradia, sem que este seja gerido pelos próprios moradores/estudantes. Assim como também não está desvinculado da interdição e da desocupação de todo o bloco D, no ano de 2021, sob o pretexto de uma “reforma” em meio à quase completa inação da gestão anterior da Amorcrusp, “Tiê Sangue” (dirigida por autonomistas).

Esses e outros acontecimentos estão ligados aos interesses privatistas da reitoria em torno do CRUSP. Lembremos do relatório produzido pela consultoria privada McKinsey, sob encomenda da reitoria da USP, no ano de 2016, intitulado “Criando as Bases para a USP do Futuro”, e que previa uma série de políticas privatistas para a universidade, dentre elas

a cobrança de aluguel nas moradias estudantis.

Nesse quadro, se faz necessária a organização do movimento estudantil por meio de seus métodos próprios (assembleias), para organizar a luta independente em defesa do controle estudantil da moradia, e pela preservação de seu caráter gratuito. Somente com a deliberação e decisão coletivas nas assembleias, e com a ação coletiva para impor as deliberações, será possível que todas as modificações que sejam feitas no CRUSP (tais como reformas, melhorias, implementação ou não de controle de acesso, etc.) estejam subordinadas às deliberações coletivas, e sob controle dos moradores em seus organismos próprios. Do contrário, se imporão os interesses escusos e privatistas da burocracia universitária, do governo e das empresas que visam a lucrar, seja privatizando a moradia, seja impondo pagamento de serviços. Paralelamente, se faltam vagas de moradia, ao ponto de a reitoria tomar esse déficit como pretexto para expulsar moradores tidos como “irregulares”, que sejam então abertos novos blocos de moradia a todos os que precisam, em particular os blocos K e L. As assembleias e movimento estudantil podem tomar a tarefa de cadastro e controle dos estudantes mais necessitados, fazendo desse direito uma conquista imposta pela sua organização independente.

Diferentemente, as direções estudantis do DCE e dos CAS, bem como as forças que disputam o aparato da Amorcrusp, cada uma ao seu modo, afastam o movimento da luta pelo controle estudantil sobre a moradia e contra os despejos. Enquanto os moradores estão sofrendo com a ameaça de despejo, a Amorcrusp convocou uma assembleia, no último dia 9 de fevereiro, não para organizar a luta contra esse processo, mas apenas para tratar da disputa eleitoral pelo aparato da Amorcrusp entre duas forças que disputam burocraticamente o aparato da associação. Essa disputa, que tem arrastado muitos moradores do CRUSP e distanciado o movimento da luta real pelos seus interesses, favorece a reitoria. Não por acaso, foi justamente a PRIP, com apoio das direções do DCE e Sintusp, que atuou na mediação denegociação entre a gestão formalmente eleita e a “comissão de transição de gestão”, para que passassem a dividir a direção física da Amorcrusp, até a realização de novas eleições. Assim, em última instância, ambos os lados que declaram pretensão de dirigir a Amorcrusp se subordinam em algum grau à burocracia universitária, um de forma explícita, e outro de forma velada.

A gestão formalmente eleita da Amorcrusp, intitulada AvanteCrusp, e dirigida politicamente pelo PT, expressa abertamente os interesses da reitoria no seio do movimento, chegando ao ponto de se apoiar na repressão e na presença da polícia militar no CRUSP para se manter na condição de direção contra os movimentos de oposição, e de utilizar seus veículos oficiais de comunicação para anunciar comunicados da PRIP e da reitoria. Não obstante, parte de seus apoiadores expressam um discurso de convivência com o despejo de alguns moradores do CRUSP, sob o pretexto de não terem mais vínculo com a USP.

Os opositores à direção formalmente eleita, por outro lado, são compostos em grande parte por autonomistas, sendo apoiados por simpatizantes da antiga gestão da Amorcrusp, a Tiê Sangue, pela REM e pela UJC/PCB. A úl-

tima gestão, que foi apoiada por parte dos autonomistas, assumiu a Amorcrusp por meio de uma assembleia que destituiu, sem base estatutária, uma gestão eleita, passou mais de dois anos sem convocar novas eleições, não se moveu para defender os moradores, quando estes foram abandonados pela reitoria durante a pandemia (quando tiveram o passe livre cortado, recebiam marmitas em condições insalubres, não havia disponibilidade de internet, havia falta recorrente de água em alguns blocos, como o F, além de um conjunto de fatores que deterioraram a saúde fisiológica e mental de muitos moradores em plena pandemia, fazendo com que alguns chegassem ao ponto extremo do suicídio), e largou a Amorcrusp, sem prestar contas, com seu cofre esvaziado e vários bens tidos como desaparecidos. No enfrentamento a seus opositores, chegaram a utilizar métodos gangsteris, baseados em agressão física, ameaças e calúnia, métodos estranhos ao movimento estudantil. Por sua vez, a UJC, que oportunamente apoia o setor autonomista, compartilha a direção do DCE, junto ao movimento Correnteza (UP) e PSOL, mas não critica a política deste. Na verdade, a direção do DCE, junto da oposição autonomista, tem objetivamente facilitado com sua política impotente e aparelhista, o despejo de moradores, o que foi expresso pela campanha de “acolhimento”, promovida em suposto apoio aos moradores ameaçados de despejo. Essa campanha envolveu, como parte da “ajuda”, não a contribuição para a organização e luta desses moradores contra a política de despejo, mas sim o “auxílio” para que esses moradores encontrassem moradia fora da USP e recebessem bolsa-auxílio, colaborando com a política da reitoria.

Assim, os moradores do CRUSP carecem de uma direção revolucionária, oposta à conciliação com a reitoria e ao autonomismo inconsequente. Nas condições colocadas relacionadas, necessitamos de uma direção que possa levar à frente a luta contra os despejos e a interferência da reitoria sobre a moradia estudantil, que se dá por meio da polícia e demais aparatos repressivos. Uma direção que aponte o caminho da luta consequente pela retomada dos blocos K e L, e o controle estudantil sobre a moradia do CRUSP. Para que isso seja possível, o ponto de partida é a organização dos moradores e trabalhar pela convocatória imediata de assembleias para que, independentemente do processo eleitoral em curso, seja construído um movimento de mobilização em defesa da permanência estudantil, e contra qualquer despejo. Eis como o movimento reorganizado imporá à direção do Amorcrusp os reais interesses dos moradores, contra as manobras aparelhistas. Não se trata meramente de “acolhimento”, mas de organizar os moradores, em particular aqueles ameaçados com a possibilidade de despejo, para que possam lutar para impor seu direito à moradia, o que inevitavelmente implica o choque direto com a reitoria e a burocracia universitária. Paralelamente, é preciso cobrar um posicionamento ativo da direção do DCE e demais CAS nesse processo, não se limitando a notas genéricas de apoio. Devem colocar sua capacidade de convocatória e de mobilização a serviço da defesa dos interesses dos estudantes, começando pela moradia. Sob essas condições, o movimento estudantil poderá bloquear a ação de liquidação da moradia pela reitoria, e avançar na luta em defesa da permanência.

# Rumos da crise mundial e as tarefas revolucionárias

As recentes lutas das massas na Europa, Oriente Médio e América Latina se voltam contra as principais tendências da burguesia mundial e de seus governos, de descarregarem todo o peso da crise econômica sobre os explorados e demais oprimidos. A inflação sob estagnação ou até retração econômica afeta os principais países europeus. A classe operária europeia enfrenta a crise (inflação) e as medidas governamentais (reforma da Previdência na França) com o método grevista, com a greve geral, as grandes manifestações e protestos de rua. As reivindicações comuns abrem o caminho para a unidade mais geral desses movimentos, o que não acontece por conta das direções burocráticas corporativistas.

Ainda na Europa, a guerra na Ucrânia completou um ano, sem perspectivas imediatas de solução. Desde setembro, as tropas ucranianas ganharam apoio ostensivo da OTAN, com o despejo de praticamente todos os estoques de armas de 30 países, que foram voltadas contra a Rússia. Isso mudou completamente a guerra, que deixou de ser de uma tentativa de ocupação da Rússia para se defender do cerco militar que se fechava ao seu redor pelas forças da OTAN, para ser uma guerra da OTAN, com os Estados Unidos à frente, contra a Rússia, tendo a Ucrânia como palco. A Rússia anexou as regiões de população russa no Leste ucraniano, que estavam em guerra civil há oito anos, exigindo sua separação da Ucrânia e integração à Federação Russa. Iniciou agora uma ofensiva militar que tem avançado sobre as forças da OTAN (já não existe mais um comando militar ucraniano, é a OTAN quem dirige a guerra). Os países europeus, que têm colaborado com os EUA no sustento militar da Ucrânia, sofrem as consequências dos gastos bilionários e das consequências das sanções econômicas à Rússia. Na Alemanha e na República Tcheca, chegaram a ocorrer manifestações contra o envio maciço de armamentos para Ucrânia. A ausência de direções que defendam as posições proletárias internacionais dificulta a unidade das massas europeias contra a subordinação de seus governos aos interesses militares e econômicos dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos também se voltam militarmente contra a China. A ilha de Taiwan, para onde fugiram os derrotados da Revolução Chinesa de 1949 (burguesia), se mantém como uma província rebelde, que não se subordina ao governo chinês, e se aproxima dos Estados Unidos. Taiwan tem um papel chave na produção mundial de chips eletrônicos. Apesar de a ONU ter deliberado pela sua caracterização como parte do território chinês, os Estados Unidos não descartaram sua transformação em semicólonia norte-americana. A tendência de confronto militar na região avança a cada dia.

Os Estados Unidos sofrem com a redução de seu papel na indústria mundial. Cada vez mais, o país se torna em um centro de especulação financeira mundial, com amplo poder militar intervencionista. Enquanto isso, a China já ocupa praticamente um terço da capacidade in-

dustrial mundial. E a Rússia passou a ser um país credor no comércio mundial, tendo como foco a exportação de energia e suas fontes, e de alimentos, com relativa autosuficiência nas necessidades internas do país. O objetivo dos EUA, do capital financeiro internacional e das multinacionais, é o de liquidar com essas capacidades produtivas concorrentes, de forma a permitir uma retomada do investimento produtivo em seu próprio país. Em várias ocasiões, as guerras regionais (Iraque) e civis (Líbia, Geórgia, Síria, Ucrânia, etc.) colocaram em trincheiras opostas o imperialismo e a Rússia. O mesmo curso geral se observa nas manobras militares e conflitos diplomáticos entre os estados imperialistas e vassalos contra a China.

Todos esses acontecimentos põem em evidência as tendências bélicas próprias da fase de decomposição do capitalismo, e apontam o caminho para uma conflagração entre as potências imperialistas e os dois maiores estados operários degenerados, numa possível 3ª Guerra Mundial.

No quadro de estagnação e recessão que impera na maioria dos países do mundo, especialmente nas potências imperialistas, impulsiona-se a desagregação das economias nacionais, que empurram as burguesias a descarregar violentos ataques à força de trabalho e as nações oprimidas. Mas, esse processo acaba também projetando os choques entre as classes em nível nacional e mundial.

Na América Latina, o crescimento da luta de classes tem aprofundado a crise política dos regimes burgueses semicoloniais. A burguesia realiza permanentes manobras para preservar a governabilidade, ora realizando golpes de Estado (quando os governos se mostram incapazes de impor seus ditames, na forma e tempo pretendidos), ora abrindo caminho ao retorno dos governos que foram execrados ou erguendo desvios democratizantes (visando assim a abortar a revolta e levantes operários e populares). Essa tendência vem se manifestando desde 2019 e, com altas e conjunturais recuos, continuam presentes. A crise pré-revolucionária que se desenvolve no Peru é um produto histórico e manifestação direta dessas tendências.

A base objetiva da luta de classes está na decomposição do modo de produção capitalista. Qualquer seja o caráter do movimento ou o conteúdo de suas bandeiras, instintivamente se coloca a necessidade de o proletariado e demais oprimidos darem passos no caminho da luta revolucionária. As massas exploradas estão obrigadas a recorrer à luta de classes, não apenas para preservar e defender cada uma de suas necessidades econômicas, sociais e políticas mais elementares, que arrancaram da burguesia e seus governos com sangue, no passado; mas também cada uma das conquistas obtidas no curso histórico da luta revolucionária pela sua emancipação de classe, como as conquistas revolucionárias da Revolução Russa e Chinesa que ainda permanecem em pé (nacionalização dos principais meios de produção e ramos da economia).



O curso da luta de classes mundial é ascendente, mas ela não erguerá espontaneamente um programa e estratégia próprios dos explorados para a crise sem a presença física de uma direção revolucionária nos combates, greves e manifestações. Essa direção só pode ser erguida e fortalecida se se ligar aos movimentos das lutas de massas.

A vanguarda com consciência de classe deve se organizar como fração revolucionária no interior dos movimentos e das organizações de massas, com o objetivo de derrubar as direções burocráticas e conciliadoras, para assim retomar os organismos e sindicatos como instrumentos da luta de classes. Também é dever da vanguarda, se verdadeiramente internacionalista, organizar o proletariado mundial para transformar cada luta nacional em um episódio da luta contra a burguesia mundial, e defender todas as conquistas revolucionárias surgidas no

percurso da revolução mundial. Assim como os marxistas não abandonam a luta para recuperar os sindicatos, uma criação histórica da luta de classes, por mais comprometidas que estejam suas direções com a burguesia e integradas a seu Estado; tampouco deixam de defender os Estados Operários degenerados dos ataques do imperialismo, pois, conservam a propriedade estatizada, uma conquista histórica da luta revolucionária do proletariado pela sua emancipação de classe. O que queremos assinalar é que as lutas de massas exige que se impulsione a unidade dos explorados e oprimidos sob um programa próprio para a crise capitalista, percurso pelo qual a vanguarda com consciência de classe irá ajudá-las a romper com o regime e instituições burguesas, e favorecerá a constituição de uma direção que lute pelo objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias.

## PONTOS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS EUA

Duas tendências opostas estão marcando a economia norte-americana, neste início de 2023: de um lado, a tendência à alta dos juros pelo FED (Banco Central dos EUA) que, supostamente, deveria “conter” a inflação do país, que atingiu, em setembro de 2022, percentual semelhante ao de 40 anos atrás, cerca de 8,2% ao ano; e, de outro, um crescimento do PIB nos últimos dois trimestres de 2022, e dos empregos, o que, aliás, levou a que o resultado de janeiro de 2023, em 3,4% de desemprego, fosse o “melhor” dos últimos 50 anos.

### *Economia política burguesa e as tendências históricas*

As duas tendências revelam-se “opostas”, na aparência, porque a lógica, apresentada pelos editoriais econômicos burgueses, é de que o aumento dos juros significaria menor consumo; menor consumo levaria à menor produção; assim, haveria um processo recessivo, e, por fim, aumento do desemprego. É paradoxal, segundo a economia política burguesa, que estes dois processos estejam ocorrendo ao mesmo tempo. Também é paradoxal que um processo mundial de estagnação das principais economias do globo produza processos inflacionários, também gerais. As aparentes “contradições” podem ser explicadas quando se assume uma perspectiva histórica, e se relacionam múltiplos fatores econômicos e tendências mais gerais do capitalismo imperialista, que devem ser encontrados na esfera da produção, e não nas do consumo ou da circulação.

De fato, chegamos a 2023 com uma taxa de juros nos EUA que varia entre 4,5% a 4,75% ao ano, e que pode chegar, até o final de 2023, a 5,40% ou 6%, segundo a estimativa de bancos e agências financeiras.

Se observamos um curto intervalo de tempo, entre março de 2020, quando começa a Pandemia do coronavírus, e fevereiro de 2023, vemos que o FED elevou rapidamente as taxas de juros, saindo, de 0%, em 16 de março de 2020, a 4,75%, em 01 de fevereiro de 2023. Sem dúvida, a rapidez deste processo, o mais rápido desde a década de 1980, esteve ligado ao aumento expressivo da inflação interna, que, entre março e setembro de 2022, ficou acima de 8%, um dos maiores registros dos últimos 40 anos.

Mas, já em outubro, o índice de preços ao consumidor nos EUA (CPI, em inglês) começou a cair, e a inflação anual de 2022 fechou em 6,5%. Novamente, uma aparente contradição: a maior inflação esteve associada ao primeiro semestre de 2022, quando houve “recessão técnica” nos EUA (dois trimestres consecutivos negativos).

A “aparente contradição” começa a se desfazer quando olhamos as taxas de juros estabelecidas pelo FED, em um quadro histórico mais longo. Nos últimos trinta anos, vemos que há grande variação na taxa básica, entre 0% a 8%, mostrando, assim, muitos momentos de forte intervenção do Estado na economia, por meio da política monetária.

No início dos anos de 1990, por exemplo, a taxa de juros estava em 8%, em 13 de julho de 1990; caindo rapidamente para 3%, já em setembro de 1992. A diminuição de juros, neste período, pretendia elevar o consumo, e melhorar os resultados do PIB (em 1990, o crescimento havia sido de apenas 1,9%; e, em 1991, de 0,1% negativos). Medida que surtiu algum resultado, já nos anos seguintes, com números crescentes a partir de 1992, chegando a um período de “boom”, entre 1997 e 2000, quando o crescimento foi sempre superior a 4% por ano. Ocorre que, a partir de 1994, o FED volta a elevar os juros, chegando a 6% em fevereiro de 1995 e fechando, em maio de 2000, em 6,5%. A elevação dos juros, portanto, não impediu o crescimento, nem levou a um processo recessivo, como apregoam agora os economistas burgueses. De 1997 a 2000, a taxa de juros ficou entre 5,5% a 6,5%, enquanto o PIB cresceu 4,4%, 4,5%, 4,8%, 4,1%, respectivamente, em 1997, 1998, 1999 e 2000.

O crescimento da década de 1990 nos EUA foi associado ao “boom” das empresas de tecnologia. Mas, mais do que isso, a década de 1990 consolida o setor financeiro, que vinha expandindo-se rapidamente, desde a década de 1980, e que começava a pressionar e a substituir a grande produção industrial estadunidense, de contornos mundiais, por uma economia *também* financeirizada, com a expansão, não só de instituições financeiras bancárias, por exemplo, as não bancárias, como os fundos de pensão e de investimentos (os fundos “mútuos”). O percentual de participação da economia norte-americana, que era de 23%, em 1980, chegou a 15%, em 2021, ao mesmo tempo

que a Dívida Pública, que era de cerca de 30% do valor do PIB, entre 1980 e 1990, chegou ao final de 2022 a 123%, ultrapassando mais de 30 trilhões de dólares, e tendo crescido rapidamente, a partir dos anos 2000, depois da maior financeirização da economia. Esta, que ocorreu também em outros países, como a Inglaterra, significou o estrangulamento da indústria do país, que começou a se retrair fortemente, em, pelo menos, dois surtos, um que vinha ainda dos anos de 1980, com a concorrência da tecnologia japonesa, e depois, já nos anos 2000, com a expansão da economia chinesa. Dois surtos de desindustrialização que levaram, por exemplo, à quebra de setores da indústria automobilística, cujo melhor retrato está na falência da cidade de Detroit, que foi o centro da indústria automobilística estadunidense, e que perdeu, em três décadas, 80% de suas fábricas, e 78% de seu varejo.

***O não reinvestimento em capital constante (em meios de produção) diminui a produtividade, e obriga a políticas de maior exploração da mão-de-obra assalariada e de contenção dos gastos do Estado.***

Este processo complexo pode ser resumido, grosso modo, na ideia de que, com a desregulação e a “flexibilização” do sistema financeiro, iniciado nos anos 1980 e consolidado nos 1990, portanto, com a flutuação da taxa básica de juros (a partir de 1979) e as fusões de bancos comerciais e de investimento, impulsionado também pela tecnologia, o capital acumulado não mais se reinvestiria, fundamentalmente, na produção industrial, mas poderia “lucrar” mais rapidamente com as cirandas financeiras do endividamento geral, tanto das populações assalariadas, quanto dos Estados nacionais.

O não reinvestimento em capital constante (em meios de produção) diminui a produtividade, pela redução ou alteração da composição técnica e orgânica do capital, e obriga a políticas de maior exploração da mão-de-obra assalariada e de contenção dos gastos do Estado. O endividamento geral, que produz os “juros”, alimenta a desindustrialização, a recessão, e a inflação, a longo prazo, encurtando as crises econômicas locais, e aprofundando a crise estrutural do capitalismo.

Com efeito, a política de flutuação da taxa básica de juros das economias foi produzida com o intuito de favorecer o capital financeiro, não sendo, portanto, o principal fator para a inflação ou para a deflação, ainda que circunstancialmente possa contribuir para estes processos, que estão, na verdade, mais diretamente vinculados à esfera da produção, e não à de circulação de mercadorias ou de capitais. Por isso, também, o crescimento do PIB nunca esteve ancorado na política de juros. Se assim o fosse, não se explicaria, no caso do Brasil, por exemplo, como o período de “ouro” do governo Lula, de 2003 a 2008, poderia caminhar ao lado de taxas SELIC de dois dígitos (de 15% a 21%) e, neste mesmo período, a inflação estivesse contida em um só dígito (de 5% a 9%).

Obviamente, o peso das economias, no Brasil e nos EUA, produz efeitos diferentes na importação e na exportação de capitais e de mercadorias. Mas, apesar de

divergentes na forma, convergem no conteúdo, porque são fenômenos que se inter-relacionam na economia mundial: a elevação da taxa básica de juros, nos EUA, por exemplo, obriga a elevação das taxas também no Brasil. Lá, tal política, pode, imediatamente, produzir um incremento nos títulos do governo, os “treasurys”, os quais, por sua vez, podem garantir – artificialmente – o crescimento da economia (com mais endividamento da população e do Estado) de forma imediata, como se viu nos últimos dois trimestres de 2022, e como se vê nestes dois primeiros meses do ano de 2023; enquanto, aqui, no Brasil, tal política leva, imediatamente, a um “desinvestimento”, produzindo, também de forma imediata, um efeito recessivo mais intenso, próprio das economias semicoloniais. O resultado, porém, a médio e longo prazos, é produzir um quadro de estagnação geral das economias, seja dos países imperialistas, seja dos países semicoloniais, embora enfrentem formas e ritmos diferentes desta tendência geral.

### ***Inflação imediata (consumo) e inflação estrutural (composição do capital)***

Se o consumo da população e do Estado geram uma inflação imediata, com a artificial elevação do preço das mercadorias em relação ao seu valor, este fenômeno é sempre temporário. Um equilíbrio se refaz, conforme os meios de produção se incrementam, conforme a composição orgânica do capital se altera, com a ampliação do capital constante, dos meios de produção, incluindo aí as forças intelectuais da produção, a tecnologia aplicada. Em termos gerais, esta é a história recente do mercado da “informática” (computadores, tablets, smartphones, etc.).

O problema está em que a reprodução ampliada do capital, com ampliação dos meios de produção, é setorializada, e não geral. Reflete a lei mais geral, que contrapõe forças e capacidade produtiva e as relações de produção. Assim, a inflação que surgiu nas últimas décadas, primeiro nos países semicoloniais e, mais recentemente, nos países imperialistas, provém, das consequências do processo de desindustrialização das economias capitalistas. Inflação que se apresenta, inclusive, em momentos de estagnação e de recessão, como agora. O não incremento regular do capital constante, impulsionado pela ação do capital financeiro/parasitário, produz escassez de insumos e de “bens de capital”. É o que se vê, na atualidade, na crise dos “chips” (uma crise de transferência de tecnologia, monopolizada por poucas empresas), elevando o valor da produção de toda a indústria de ponta (automóveis, informática, etc.), ou o que se vê com os “insumos” da indústria agrícola, com a Guerra na Ucrânia, que obriga o retorno do uso do carvão, que atingiu recorde em 2022, recolocando o problema, de forma mais drástica, tanto em relação às fontes de matérias-primas, quanto às forças e capacidades produtivas, instaladas e monopolizadas por empresas ou Estados. A alta inflacionária não é produzida, logo, por uma demanda imediata, mas por uma maior dependência entre os Estados nacionais, mesmo os imperialistas, como comprova as balanças comerciais negativas de países como os EUA ou da zona do euro, em 2022.

### ***Tendências recessivas prolongadas***

A desindustrialização – parte e fenômeno da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção – também produz, no longo prazo, os processos recessivos, de retração das economias, que estão dominadas pela política do capital financeiro, sempre de curto prazo, e produzindo bolhas especulativas.

O processo recessivo está ligado, assim, ao estrangulamento das economias e dos Estados nacionais, cada vez mais endividados, que, por mais contrarreformas que produzam, não conseguem resolver o estreitamento dos mercados consumidores internos. Um exemplo na economia norte-americana é o que se vê com o mercado imobiliário. Não bastou a explosão da bolha especulativa entre 2007 e 2008. O ciclo já foi refeito.

Em março de 2022, os preços dos imóveis dispararam em 20,6%, em relação ao ano anterior, o maior aumento em 35 anos, ao mesmo tempo que a venda de imóveis, em dezembro de 2022, já estava caindo pelo 10º mês seguido. O que justifica tal disparidade? Mais uma bolha especulativa, que mantém, ao mesmo tempo, inflação (por não ampliação dos meios de produção a longo prazo) e recessão (pelo estrangulamento do mercado) no setor.

Aliás, o setor da construção civil, nos EUA, serve para ilustrar bem os efeitos da desindustrialização, em termos relativos à não aplicação máxima da tecnologia, e também ao estrangulamento dos mercados consumidores internos. A produtividade desta indústria, em 2020, era menor que na década de 1970, segundo uma reportagem do “New York Times”, publicada em fevereiro de 2023. E não porque existam, hoje, mais “direitos” ou mais “custos de produção” do que no passado (as contrarreformas, de um lado; e as invenções desta indústria – como uso da computação na engenharia, de outro, revelam que não), mas porque esta mesma alta tecnologia não pôde ser reinvestida de forma constante e ampliada no mercado norte-americano. Na verdade, é provável que parte do capital acumulado desta indústria tenha sido transferido, como outros capitais, para a “ciranda financeira”, ampliada a partir da década de 1990. O problema é que estas cirandas financeiras são sempre mais instáveis, e funcionam em menor intervalo de tempo, porque exigem cada vez maior intervenção do Estado, por meio de suas políticas monetárias, e maior exploração do trabalho assalariado, cada vez mais precarizado. A situação, entretanto, não atinge somente os EUA, mas o conjunto das economias mais ricas. A OCDE estudou a produtividade da construção em 29 países, entre 1996 a 2019, e constatou que, em 40% destes, a produtividade da construção civil caiu.

Todos estes dados comprovam as dimensões da crise estrutural do capitalismo imperialista, dominado pelo capital financeiro, que exige a destruição massiva de forças produtivas, o que, por sua vez, impõe a transformação da guerra comercial em guerra bélica, em termos históricos. Ao lado disso, coloca também, como uma realidade mais concreta, as tendências recessivas mais prolongadas, ainda que se apresentem em graus e sob ritmos diversos, explicando a conjuntura de estagnação econômica, de alta inflacionária e de elevação das taxas básicas de juros nas principais economias do globo.

### ***Crescimento aparente nos EUA***

Por fim, na série de “aparentes oposições”, vemos que, ao longo de 2022, os economistas burgueses apontaram que os EUA destruiriam, em média, 175 mil empregos por mês (previsão do Bank of America), mas, só em janeiro de 2023, houve uma ampliação de 517 mil vagas, um aumento de 130% superior ao resultado de dezembro de 2022, que também foi positivo.

O aumento dos empregos esteve e está, contudo, atrelado aos setores de serviços (lazer, hotelaria, saúde, alimentação, etc.), no mesmo cenário em que o crescimento econômico nacional esteve combinado com uma balança comercial deficitária, umas das maiores da história recente. Isto é, os EUA importaram mais do que exportaram. Seu crescimento foi puxado, inclusive, pela política monetária, já que, em termos de dólares correntes, houve um aumento do PIB em 9,2%, no ano de 2022, em relação a 2021, um incremento de 2,15 trilhões de dólares.

De fato, o dólar se “fortaleceu” com a elevação da taxa básica de juros pelo FED, permitindo um “crescimento” da economia, em vez de retração econômica, revertida momentaneamente nos setores de serviços, que mais contratam. Este crescimento, porém, ocorre às custas da ampliação do processo de desindustrialização da economia norte-americana, como a balança comercial demonstra. Foram quase 4 trilhões de dólares em importações de insumos, de bens de capital, de bens de consumo e de automóveis, contra a exportação de 3 trilhões. Um déficit que quase atingiu 1 trilhão de dólares, e que revela a dependência da economia norte-americana em relação a outros países, e não a quaisquer países também: só o déficit com a China chegou a 382,9 bilhões de dólares, um aumento de 8,3%, o maior valor dos últimos quatro anos.

Em outras palavras e em síntese, os Estados Unidos crescem, momentaneamente e de forma artificial, alavancados pelo aumento da taxa básica de juros (efeito imediato oposto ao de uma economia semicolonial), enquanto estruturalmente continuam a favorecer as tendências de desindustrialização, de não ampliação do capital constante, produzindo, no curto prazo, a importação da inflação (pelos insumos e bens de capital), e no longo prazo, a inflação mais alta, já conhecida dos países semicoloniais, e a recessão duradoura da economia (como já experimenta, há décadas, o Japão), tornando, em termos políticos, cada vez mais insustentável o endividamento da população e do Estado.

A saída burguesa para estes impasses, profundos e próprios do sistema capitalista em decomposição, não pode ser pacífica. O endividamento crescente e a balança comercial desfavorável se erguem como imperativos para os governos, democratas ou republicanos,

***O processo recessivo está ligado, assim, ao estrangulamento das economias e dos Estados nacionais, cada vez mais endividados, que, por mais contrarreformas que produzam, não conseguem resolver o estreitamento dos mercados consumidores internos.***

dos EUA, exigindo a destruição das forças produtivas na China, e em países como a Rússia, isto é, em Estados Operários degenerados que mantiveram a propriedade estatal/nacionalizada como predominante. O conflito entre OTAN e Rússia é apenas um preâmbulo de choques mais violentos, bélicos, que precisam responder à decomposição das economias altamente industrializadas, sobretudo, a dos EUA.

A saída proletária, da política própria da classe operária, é erguer as reivindicações que se chocam com a alta inflacionária, com as contrarreformas, com a retirada de direitos, e, a partir da ação direta, projetar o programa próprio da classe, que é de expropriação do grande capital, por meio da revolução proletária, para garantir a planificação da economia e o desenvolvimento harmônico das forças produtivas mundiais.

## Europa mergulha na crise econômica e política, e as massas resistem

### *Crise econômica na Europa*

Na Europa, a crise econômica se manifesta abertamente. O velho continente enfrenta índices de inflação como não se via há muitas décadas. A inflação em 2022, na Alemanha, segundo o instituto nacional de estatística Destatis, foi de 7,9%, o maior índice dos últimos 70 anos. Aparentam-se como principais responsáveis os aumentos extremos dos preços de energia e alimentícios, desde o início da guerra na Ucrânia. O Reino Unido, segundo o Banco Central da Inglaterra, até dezembro de 2022, chegava ao índice inflacionário de 10,5%, nível mais elevado dos últimos 40 anos. A situação de 2022 não foi diferente em outros países: França 6,7%, Finlândia 8,7%, Portugal 9,8%, Áustria 10,1%, Holanda 11%, etc.

Se a situação inflacionária está ruim, as previsões de crescimento econômico para o ano de 2023 não são diferentes. Segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Zona do Euro crescerá 0,7%, em 2023 (Alemanha 0,1%, França 0,7%, Itália 0,6%, Espanha 1,1%). A situação do Reino Unido é ainda mais drástica, com a previsão de -0,6%. A saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), diferentemente do que

defendeu os seus apoiadores, não a fortaleceu, pelo contrário, é o país que atualmente mais sofre com a inflação e a retração econômica.

### *Crise política e desagregação da democracia burguesa*

A crise econômica se projeta em crise política. A sucessiva troca de primeiros-ministros no Reino Unido, e a ascensão das forças ultradireitistas no continente comprovam isso. Com o ascenso dos partidos reacionários na Europa – na França, a ultradireita quase venceu as últimas eleições; na Itália, um partido de inspiração fascista assumiu o poder pela primeira vez, desde Mussolini; na Alemanha, o nazismo conquistou assentos no parlamento, etc. – as tendências de desagregação da União Europeia ganham força.

As tendências direitistas da burguesia expressam a necessidade de ter governos autoritários, capazes de aplicar as medidas de ataques às massas, necessárias a sustentar o capital financeiro. A democracia burguesa se vai estreitando, diante do crescimento das forças reacionárias.

O fracasso da tentativa burguesa de unificar a Europa, fenômeno hoje evidente, demonstra a importância estratégica da bandeira de Estados

Unidos Socialistas da Europa, que somente será edificada com as revoluções proletárias nos principais países europeus.

### *Ascenso das lutas*

Nos últimos anos, houve um crescimento das lutas operárias na Europa contra o elevado custo de vida, exigindo reajustes salariais e em oposição às contrarreformas. As recentes manifestações com greve gerais na França, e greves no Reino Unido, são expressão deste fenômeno. Os ataques às condições de vida e trabalho empurram os explorados à luta, apesar das direções burocráticas e colaboracionistas.

Neste contexto, a luta pela independência política dos explorados nunca foi tão necessária. É fundamental a aplicação do método do Programa de Transição, que, partindo das condições imediatas da luta de classes, permita estabelecer uma ponte com a estratégia própria de poder da classe operária, e coloca na ordem do dia a importância da constituição da direção revolucionária marxista-leninista-trotskista, um partido mundial da revolução socialista, que ajude as massas em luta a se unificarem contra os capitalistas e seus governos.

## UCRÂNIA / *Pela derrota militar da OTAN frente à Rússia!*

A guerra na Ucrânia completou um ano. Pelo curso objetivo do conflito, marcado pela intervenção ostensiva e cada vez mais direta da OTAN, afasta-se a possibilidade de uma saída negociada ao conflito nos próximos meses. O Ministério da Defesa da Rússia, recentemente, anunciou que o país se prepara para travar mais dois ou três anos de guerra. O fluxo maciço de estoques de armas e equipamentos bélicos de dezenas de países, para que o governo de Kiev continue resistindo, e, se possível, realizar contraofensivas no campo de batalha contra a Rússia, indicam que a mesma previsão é feita pelos governos imperialis-

tas. Assim, as tendências bélicas ganham uma proporção mundial não vista desde o pré-Segunda Guerra Mundial, envolvendo os países de praticamente toda Europa, junto aos EUA, Japão, Austrália e outros países do mundo, contra o estado Operário Degenerado russo.

As tendências bélicas que se manifestam na Europa unem conjunturalmente todas as frações da burguesia imperialista, no objetivo de destruir a economia estatizada, e proceder à destruição das forças produtivas e capacidades industriais desenvolvidas na Rússia, para transformá-la em semicolônia. O crescente militarismo da OTAN,



após a dissolução da URSS, mostra que a desagregação da URSS não alterou o objetivo de derrocada da burocracia e desmembramento da Rússia, visando à retomada dos lucros monopolistas nas potências e no mundo.

A OTAN passou das “manobras defensivas” da Guerra Fria (caracterizadas pela fortificação militar e nuclear da Europa ocidental) às “manobras ofensivas”. A conquista de novos pontos avançados da OTAN no Leste europeu foi precedida pela restauração capitalista das ex-Repúblicas Populares e de Repúblicas Soviéticas, transformadas em semicolônias. As manobras das potências imperialistas deram mais um salto, com a guerra civil e o golpe na Ucrânia (2014), que restauraram o estado burguês e fizeram do país uma base de manobras da OTAN contra o Estado Operário degenerado russo.

Esse objetivo de usar o país como cabeceira de praia contra a Rússia foi conjunturalmente freado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Tratou-se de uma medida preventiva e uma manobra defensiva da burocracia contra a ofensiva imperialista. Em novas condições históricas, ainda que sob a direção da burocracia contrarrevolucionária, ressurgiu a luta a morte entre dois regimes sociais antagônicos, existente desde que foi constituída a URSS, assentada na propriedade nacionalizada, fundamental conquista da revolução.

É fartamente conhecido que a Rússia exigia, desde 2014, garantias de que não se utilizaria o território ucraniano para expandir a OTAN, e que se pusesse fim à ofensiva militar do governo títere de Kiev para esmagar em sangue a revolta no Donbass. A burocracia russa buscou insistentemente o caminho da conciliação com o imperialismo. O imperialismo não cumpriu nenhuma dessas “garantias”. Com a preparação da derrota militar dos separatistas pelo governo fascitizante, e a declaração do imperialismo de incorporar Ucrânia à OTAN, a burocracia russa decidiu finalmente pela invasão e a anexação dos territórios do leste ucraniano. As massas dessa região lutaram com armas nas mãos, primeiro pela sua autonomia, e depois pela sua separação e integração à Rússia. Confluíram assim os anseios das massas do Leste com os objetivos da burocracia russa, abrindo uma nova fase na disputa de posições estratégicas.

A intervenção das potências imperialistas, por meio da maior concentração de armamentos contra um só país na História (mais de 30 países esvaziaram seus estoques bélicos), conformou uma conflagração bélica entre o imperialismo e a Rússia, usando a Ucrânia como um enclave. Mas, é a tendência mais geral. Eis porque a vanguarda que se reivindica marxista está obrigada a avaliar sua linha e tática na atual fase dos conflitos a partir dessa avaliação. O que exige tomar uma clara posição de princípio e política perante as anexações. Um ponto de partida para avançar nessa definição é compreender que não se pode impor a unidade territorial à força, ou garanti-la esmagando a luta pela autodeterminação de uma minoria nacional que sofreu da violenta opressão nacional. De forma que, sem caracterizar o conteúdo da guerra civil travada há 8 anos pelas massas russo-ucranianas, não há como chegar a conclusões que correspondam à realidade objetiva.

Mas, o essencial está em compreender que defender as anexações do Leste ucraniano pela Rússia é uma medida

elementar que defende, ainda que com os métodos burocráticos autoritários e militares da burocracia russa (que criticamos), e sem defender seu governo ditatorial, as conquistas revolucionárias do proletariado russo e mundial (a economia estatizada e o Estado Operário, ainda que profundamente degenerado), frente à ameaça de sua completa destruição pelo imperialismo. Diferentemente, defender a integridade da Ucrânia, quando hoje somente pode ser garantida pela intervenção e as armas do imperialismo, significa se posicionar pela derrota da Rússia, em outros termos, pela destruição das conquistas revolucionárias do proletariado e, particularmente, pela derrota da luta pela autodeterminação nacional das massas do Leste ucraniano. Elementos que fortaleceriam enormemente o imperialismo em todo o mundo, e sua opressão sobre o proletariado em toda parte.

A defesa da integridade da Ucrânia e da derrota militar da Rússia, nas atuais condições, significa colocar-se na mesma trincheira do imperialismo e do governo fascitizante de Kiev. Deve-se entender que a derrota da Rússia esmagaria não apenas o direito democrático progressivo de autodeterminação da nação oprimida do Leste ucraniano, como fortaleceria o imperialismo em seu objetivo estratégico de destruir a Rússia e as conquistas revolucionárias, enfraquecendo a luta de classes mundial por todo um período.

Diferentemente, defender as anexações e a derrota militar do imperialismo daria impulso a novos levantes de massas oprimidas e favoreceria objetivamente a luta de classes. Essa diferenciação é colocada concretamente pelo curso da guerra, e validada para os marxistas pela experiência histórica. Na revista Internacionalismo n° 1 (junho de 1980), no artigo “Os trotskistas perante a invasão do Afeganistão”, aprovado pela 3ª Conferência da Tendência Quarta Internacionalista, Guillermo Lora defendeu a anexação desse país pela URSS. O fez por caracterizar que, apesar de negar o direito à autodeterminação, era uma medida elementar de defesa do Estado Operário degenerado, perante o cerco imperialista que se fechava na Ásia. Disse, ainda, que sua “anexação”, daria um impulso à luta de classes, e integraria o país atrasado a uma formação econômica superior e historicamente progressiva. Citamos de passagem esse exemplo para demonstrar que a defesa das anexações feitas pela Rússia, ainda que rompendo a integridade da Ucrânia, é uma decisão política obrigatória à vanguarda que defende ao Estado Operário – ainda que degenerado – e suas conquistas históricas, contra o imperialismo.

Para os marxistas, a derrota do imperialismo, em qualquer país e circunstâncias, é um objetivo que serve para impulsionar e favorecer a luta de classes das massas oprimidas em geral. A vitória da luta de uma nacionalidade oprimida, ainda mais quando enfraquece o imperialismo, e, neste caso, favorece a defesa das conquistas históricas do proletariado, é uma posição de princípio para os revolucionários. Acima do direito democrático burguês da integridade de uma nação, está o direito de existência de um Estado Operário cercado pelo imperialismo. Esta posição não tem nada ver com os objetivos e interesses da burocracia russa, preserva a necessidade de combatê-la no campo dos métodos da luta de classes e do programa da revolução política; e não no do imperialismo e de seus vassalos.

## França: é derrotando o governo com a luta de classes que se abre caminho à política revolucionária

As greves e manifestações contra a reforma da Previdência se voltam ao caminho da greve geral. São várias semanas de paralisações e greves parciais, por todo o país. As universidades e escolas de ensino médio se somaram ao movimento. A reivindicação dos milhões de pessoas que se mobilizam de forma intermitente é comum, e orientada para um objetivo preciso: derrubada imediata da reforma. O essencial do movimento é a presença física e organizada de sindicatos operários estratégicos, a exemplo de ferroviários e metroviários, eletricitários, petroleiros, metalúrgicos e aeroportuários, dentre outras categorias do proletariado.

A reforma previdenciária procura equacionar a queda dos lucros e trocas comerciais mundiais, exaurindo a força de trabalho, e destruindo décadas de conquistas trabalhistas e salariais, arrancadas com sangue das massas dos exploradores e seus governos. Os salários não são aumentados há anos, em relação à alta inflacionária, impulsionada pela crise e pelos reflexos da guerra da Ucrânia na elevação dos preços da energia, que se traduz em aumentos gerais em toda a cadeia produtiva. Pelo contrário, os salários têm retrocedido enormemente, em relação ao avanço da carestia de vida. Em dezembro de 2022, a taxa de inflação comparada com o mesmo mês do ano anterior foi de 5,9%. Isto inclui em particular as áreas de energia (+15,2%) e alimentos (+12,9%), que pesaram diretamente nos bolsos dos assalariados. Por sua vez, a precarização e a terceirização deram um salto à frente nas últimas décadas. E o desemprego cresce, especialmente entre a juventude. A taxa de desemprego está acima dos 7%, mas já bateu nos 9% em 2021, índice semelhante a 2018. E de cada cinco jovens até 25 anos, pelo um está desempregado.

É nesse quadro de retrocessos que se recoloca a Reforma da Previdência, almejada já desde o governo de Hollande, que aumenta de 62 para 64 anos a idade mínima para se aposentar. A elevação da idade de aposentadoria é um objetivo dos governos, para favorecer o parasitismo financeiro e os lucros dos capitalistas..

Perante tal brutal ataque, as massas retomam o caminho da luta de classes, como vêm fazendo desde 2016. Mas, defrontam-se permanentemente contra suas direções burocráticas, que procuram fazer de tudo para limitar o alcance das lutas. Não trabalham para generalizar as greves e paralisar a indústria e setores estratégicos da economia. O dia 7 de março é aguardado para realizar a tão anunciada greve geral, ditada pelas centrais. Mas, tudo indica que o seu objetivo é o mesmo dos anos anteriores: aguardar até o Parlamento tratar do projeto de Reforma e, assim, enforçar a iniciativa das bases. Não é uma tática desconhecida na luta de classes. A burocracia sindical é um freio à luta coletiva, que impõe derrotas aos governos, ela é um instrumento dos governos para impor os ditames dos monopólios. Eis porque, para as direções, nunca se trata de impor ao Parlamento a retirada dos projetos por meio de um poderoso movimento grevista; mas de levar progressivamente o movimento a se chocar com o fato consumado da aprovação no parlamento, e negociar tal ou qual emenda, para ser apresentada como vitória.

Inúmeras vezes, as bases têm sido traídas com essa tática conciliadora, na França e no mundo todo. A derrota da burocracia é um passo necessário para derrotar o governo, colocando as organizações de massas a serviço da luta de classes, única via para defender antigas conquistas que vêm sendo trucidadas. A vanguarda tem de se apoiar nas tendências instintivas das massas, e romper com a direção burocrática do movimento, que decide, sem as bases, a convocatória e caráter das greves e manifestações. Diferentemente, é uma tarefa dos setores classistas convocar assembleias de base para votar um plano comum, e formar os comitês de organização e de luta – eleitos e revogáveis pelas bases – para dirigir na prática o movimento. Dessa forma, se pode romper a unidade burocrática imposta de cima para baixo, e se forjar uma direção coletiva do movimento, sob um programa geral de reivindicações, baseado na ação direta e na democracia operária.

Desde 2016, a luta de classes (com refluxos ocasionais) segue seu curso. A greve nacional naquele ano, com bloqueios, ocupação de refinarias e portos, cortes de ferrovias, etc., fizeram recuar o governo de Hollande, em seu objetivo de impor a reforma previdenciária. O movimento dos “coletes amarelos” indicou que a pequena burguesia e os assalariados do comércio e serviços entravam em cena, em defesa de suas reivindicações. O ressurgimento de um poderoso movimento grevista, e a confluência de operários, assalariados, funcionários e estudantes, nas condições de agravamento da situação política mundial, assombram à burguesia, que teme, especialmente, que a luta acabe por atingir o envio de armamentos à Ucrânia. As frações burguesas de oposição a Macron, como a ultradireitista Le Pen, pressionam o governo pelo corte do apoio à Ucrânia na guerra contra a Rússia, e protestam contra o ataque às aposentadorias. Nesse quadro, as greves podem afetar os objetivos imperialistas de garantir uma vitória contra a Rússia.

É um objetivo da vanguarda, o de generalizar e de estender o movimento, confluindo em uma greve geral sob um plano de reivindicações econômicas e sociais comuns, e exigir do governo o fim do envio de armas e apoio financeiro à Ucrânia. A derrota dos objetivos da burguesia imperialista da França fortaleceria a luta de classes mundial, a começar pela Inglaterra, onde sua burguesia converge com a burguesia francesa em seu objetivo na Ucrânia. Uma vitória dessas lutas nacionais, pelas condições objetivas mundiais, favoreceria a luta de classes mundial, e criaria condições da derrota imperialista, preservando as conquistas revolucionárias ainda em pé na Rússia. É sob essa orientação que se forjaria uma verdadeira vanguarda internacionalista. Ainda que as direções revolucionárias não possam ser improvisadas, essas vão se forjando na luta pela elevação da consciência socialista dos explorados, partindo de sua experiência e lutas concretas.

É cumprindo o papel de uma direção política a partir das bases e das assembleias, nas greves e nas manifestações, que se poderá se destacar o setor mais resolutivo e consciente da vanguarda e, desse modo, poderá dar um salto à frente na sua constituição como partido-programa, sob programa e estratégia revolucionárias.

## INGLATERRA / *A luta de classes dá um salto*

Mais de 500 mil trabalhadores, e dezenas de sindicatos, reunindo ferroviários, portuários, funcionários de aeroportos, professores de escolas e universidades, deflagram em fevereiro um massivo movimento de rua, exigindo aumento salarial em função da alta inflacionária (9,2%, a mais elevada das últimas décadas), contra a precarização trabalhista, e pelo aumento dos investimentos públicos.

Várias greves e manifestações dos trabalhadores da Saúde foram deflagradas em 2022 e em anos anteriores. Em fins de janeiro, o sindicato nacional de Educação, de professores da educação básica e universitários, decidiu continuar as greves e manifestações, até o próximo mês de março. A cada dia que passa, novos setores se somam aos protestos, e iniciam greves parciais setoriais. Estão colocadas as condições objetivas para uma greve geral unitária. A direção sindical burocrática faz de tudo para frear a projeção nacional grevista, mas não consegue barrar o impulso das bases nos sindicatos.

O primeiro-ministro conservador, Rishi Sunak, 100 dias após assumir, enfrenta a maior greve dos últimos 15 anos no país. Por sua vez, o Partido Trabalhista procura, por meio de sua influência e direção dos principais sindicatos, abortar as greves. Sua atuação serve ao objetivo de se apresentar como a melhor opção à burguesia para governar, no caso de fracasso do governo dos conservadores. Porém, foram as condições de profunda crise e ascenso da luta de classes que causaram a queda eleitoral dos governos trabalhistas, e a vitória dos conservadores. O ascenso destes ao comando do Estado correspondeu aos objetivos da burguesia, de adotar uma política mais ofensiva contra as massas, ao mesmo tempo que os conservadores mostraram-se mais convictos de romper com a União Europeia (Brexit, 2019).

Mas, não importa qual dos partidos da ordem burguesa esteja no poder, uma vez que o governo de plantão deverá garantir os lucros do capital financeiro e das multinacionais, destruindo as condições de vida das massas e fortalecendo a repressão do Estado policial. Tramita no Parlamento uma reforma legislativa, para restringir o direito de greve, e mobilizar as Forças Armadas contra greves e

manifestações, para militarizar locais de trabalho considerados “estratégicos”, e que conta com apoio de grande parte dos parlamentares da oposição (trabalhistas).

As manobras e os ataques da burguesia e seus lacaios na direção dos sindicatos poderão ser derrotados, se os setores grevistas e a vanguarda classista trabalharem por formar comitês unitários de base, que reúna os diferentes setores em luta, para discutir e decidir cada passo do movimento, e convocar assembleias gerais para debater e aprovar uma plataforma de reivindicações comum, e um comando nacional de mobilização, com delegados eleitos pelas bases, e revogáveis perante elas. Eis como se daria um passo na construção de uma greve geral nacional e unitária. A vanguarda com consciência de classe, por sua vez, deve tirar as conclusões políticas e práticas necessárias do fato de que as greves na Inglaterra confluem, organizativa e politicamente, com as deflagradas na França, contra a reforma da Previdência.

As burguesias imperialistas de ambos os países agem sob um plano comum, de defender os capitalistas e seus lucros, diante da crise e desagregação da economia. Mas, se digladiam, ao disputarem os mercados, para descarregar, sobre suas concorrentes, as consequências da estagnação e da queda do comércio mundial, expressando o choque entre as fronteiras nacionais e a grande propriedade privada monopolista. Por sua condição, de manifestações do choque contra o capitalismo como regime mundial de exploração da força de trabalho, a luta das massas rompe as particularidades nacionais, e pode unificar instintivamente as forças proletárias, sob interesses e objetivos comuns.

Esta é a tendência geral que aparece nas greves de massas na França e na Inglaterra. A vanguarda com consciência de classe tem por tarefa superar o divisionismo imposto pelas fronteiras e os interesses particulares das burguesias de cada país, e avançar para a coordenação e unificação prática de suas lutas ao redor de um plano comum de reivindicações. Nessas condições, uma vanguarda revolucionária pode ajudar a desenvolver, de forma concreta, a ligação entre estas, em um programa comum para derrotar os capitalistas e desenvolver sua estratégia própria de poder.

## PERU / *Porque caiu o governo de Castillo?*

A queda de cinco presidentes no Peru, nos últimos anos, sob impulso da luta de classes, manifestou a ruptura das massas com os partidos herdeiros da ditadura fujimorista, que comandaram o país seguidamente. A força eleitoral do ex-presidente Castillo surgiu dessas circunstâncias, e do massivo apoio das classes e camadas de classe mais empobrecidas do campo e da cidade. Mas, ao abandonar seu programa reformista para abraçar as medidas impostas pelo imperialismo e pela direita, destruiu seus vínculos com a única força social capaz de defendê-lo contra a ofensiva golpista. E passou a depender das forças econômicas e políticas burguesas, que controlam as instituições e os rumos políticos do país. Quando a embaixada estadunidense avaliava, junto ao Parlamento e Judiciário, como destituí-lo, as condições do golpe estavam dadas.

Encurralado, Castillo tentou a cartada do autogolpe, fechando o Parlamento. Mas, sua aventura caiu no vazio. A embaixada norte-americana foi a primeira a rechá-lo, e seus ministros e generais seguiram pelo mesmo caminho. O contragolpe desfechado pelo Parlamento foi rapidamente apoiado pelas Forças Armadas, e reconhecido pelo imperialismo. O governo incapaz caiu impotente e isolado.

Importante destacar o alinhamento direto de Lula à posição imperialista. Lula e o PT deram inúmeras declarações de que não houve golpe no Peru, e de que se tratou de um processo constitucional. Diante dessa questão, agiu como um porta-voz das pressões dos Estados Unidos.

É importante frisar que a experiência fugaz e trágica das massas com o governo de Castillo demonstrou, mais

uma vez, que não há como a democracia e as instituições burguesas servirem aos objetivos da democratização do Estado burguês, e melhorarem as condições de vida dos oprimidos. Na época de decomposição capitalista, o nacional-reformismo é obrigado se ajoelhar perante os monopólios, atacar as condições de vida dos explorados, e recorrer à repressão contra as massas. O que rapidamente socava suas bases sociais de apoio, e projeta a luta das massas contra seus governos.

A experiência também ensina que as massas são obrigadas, pelas condições objetivas, a darem passos instintivos no caminho de sua independência de classe. Defendendo suas reivindicações e orientando suas lutas sob os métodos e táticas proletárias contra o golpe e as instituições burguesas, tendem a confluir com o programa e es-

tratégia revolucionárias, superando suas ilusões democráticas na prática. A derrubada do governo golpista por meio da ação direta de massas favorecerá o avanço da luta de classes. A vanguarda deve defender o direito dos explorados decidirem o destino do governo e das instituições por elas mesmas. Os marxistas revolucionários não defendem a democracia burguesa, seus métodos ou os governos eleitos, e defendem abertamente o programa da revolução e ditadura proletária contra todo programa democratizante. Mas, estão sempre dispostos a combater junto às massas pela sua vitória, quando se lançam com reivindicações democráticas que se chocam com a burguesia e o imperialismo, e impulsionam as lutas que objetivamente as colocam em choque aberto com o regime burguês. É assim que conquistarão a direção política das massas.

## PERU / Derrotar o governo golpista com a luta de classes

Após a deposição do presidente Castillo, em dezembro passado, por meio de um golpe institucional (deposição pelo parlamento e sua prisão), os explorados abriram no país uma crise pré-revolucionária, com mobilizações de massas, a ação direta e em choque contra o governo golpista. Febrilmente, o governo de Dina Boluarte negocia, junto ao Parlamento, a aprovação de uma convocatória de eleições gerais antecipadas para desarticular o movimento. Até agora, o Congresso negou-se a avançar por essa trilha. Os Estados Unidos apoiam as manobras protelatórias do Parlamento, que lhes garante as melhores condições políticas para a renovação dos contratos de exploração das jazidas de minérios, gás e petróleo pelos monopólios, que vencem neste ano. Não por acaso, os EUA bloquearam na OEA qualquer condenação ao golpe e ao terrorismo de Estado.

Os assassinatos (foram mais de 60), o Estado de sítio, a militarização do país, e os milhares de presos e dezenas de processados não fizeram recuar as massas. A radicalização e a extensão dos protestos pressionam a burguesia. Houve frações desta que propuseram convocar eleições antecipadas para renovação de parte do Congresso e a eleição do presidente. Mas, a Assembleia Constituinte está descartada. A burguesia e o imperialismo não estão dispostos a que as maciças manifestações de massas e a sua radicalização acabem impondo reformas e alterações nas condições dos contratos de exploração monopolista das riquezas naturais.

A luta radicalizada das massas contra o golpe demonstra que não se apagaram as tendências da luta de classes que deram um salto à frente com os levantes de 2019-2020, e que derrubaram cinco governos consecutivos. A permanência da crise, a desconfiança das massas no Parlamento, a decomposição dos partidos oligárquicos, e as ilusões das massas empobrecidas no programa reformista e na sua origem social, viriam a se combinar para dar a vitória a Pedro Castillo. Isso explica porque as forças golpistas receiam convocar novas eleições que possam, mais uma vez, serem favoráveis à vitória eleitoral de outro candidato não-orgânico da burguesia. Mas, tampouco têm muita margem de manobra: o golpe contra Castillo, em vez de garantir a governabilidade, reacendeu mais violentamente a luta de classes.

Uma saída eleitoral poderia servir conjuntamente

para desviar as massas. Mas o próximo governo seria obrigado a avançar pela trilha ditada pelos monopólios, pela oligarquia e pela direita no Parlamento. O que novamente levaria as massas à luta. Outra via seria a da ditadura militar, que esmague em sangue o movimento, e estabilize o regime conjunturalmente. Eis porque a vanguarda que surge no seio da luta tem por tarefa impulsionar a construção de comitês unitários de base nos sindicatos e movimentos populares, e convocar assembleias gerais dos oprimidos sob um programa comum de reivindicações.

Não se trata de inventar organismos; mas sim de coordenar e desenvolver os que as massas já puseram em pé. Notícia-se a formação de Comitês de Luta em diversas regiões, para enfrentar a repressão, coordenar ações e unificar as reivindicações imediatas. Essa experiência é que deve ser generalizada e organizada nacionalmente, para que o prolongamento da crise não acabe favorecendo à burguesia. Por outro lado, é avançando à unificação sob um mesmo plano de lutas e apoiados na democracia direta é que se podem criar embriões de organismos de duplo poder favoráveis ao desenvolvimento da política revolucionária.

As massas se movimentam hoje pela antecipação das eleições, contra a burguesia nacional e o imperialismo, os que ergueram e sustentam o governo Boluarte. Os revolucionários sabem que a via eleitoral não resolverá os graves problemas que afetam o país, tampouco o independizará dos Estados Unidos. Colocamo-nos pela vitória do movimento das massas que se choca com a burguesia nacional e internacional, sem incorporar a reivindicação de antecipação das eleições no programa. Ao apoiarmos o desenvolvimento da luta das massas contra a burguesia e o imperialismo, por uma reivindicação democrática, não deixamos de apontar que a solução real da situação deve se orientar para a constituição de um governo próprio das massas, a ser alcançado pela revolução proletária.

O programa revolucionário ganhará concretude quando as massas comprovarem, por si mesmas, que nada podem esperar do capitalismo, suas instituições e seus partidos. É partindo das reivindicações mais elementares que as massas ergueram e defendem com seu sangue que se abrirá caminho à política proletária. É acompanhando sua evolução política e combatendo pela sua vitória que se forjará o partido-programa e se desenvolverá a estratégia revolucionária.